

# retrato

doBRASIL

## BELO MONTE PAGANDO PRAVER

A HIDROELÉTRICA QUE LULA SE EMPENHA EM CONSTRUIR NÃO É RUIM. MAS ELE ESQUECEU O QUE DISSE AOS POVOS INDÍGENAS E ENTREGOU O PROJETO AOS BUROCRATAS

**IRAQUE**  
Eleições indicam que espectro de Saddam ainda ronda o país

**POLÍCIA**  
Mães de vítimas do maio sangrento buscam justiça

**PONTO DE VISTA**  
É um erro seguir os EUA contra a política cambial chinesa



## 04 **Ponto de Vista** **DE QUE LADO ESTAMOS?**

Os EUA querem o apoio do Brasil no empenho para mudar a política cambial da China, vantajosa para os americanos antes da crise

## 07 **SÓ POR JUSTA CAUSA** Propostas para restringir as demissões imotivadas estão paradas no Congresso por causa da pressão de setores conservadores *[Gabriela Guedes]*

## 10 **DOIS BRASIS NO ALTO TIETÊ** Moradores de bairros alagados pelo rio que corta São Paulo apresentam propostas em meio a ameaças de despejo *[Antônio Martins]*

## 14 **O GOVERNO PAGA PRA VER** Nossa repórter foi ao Pará para entender a discussão em torno do projeto da hidroelétrica de Belo Monte, que opõe governo, ambientalistas e indígenas *[Tânia Caliar]*



## 22 **MATARAM MEU FILHO** A Associação Mães de Maio busca justiça pelo assassinato das vítimas do maio sangrento de 2006, após os ataques do PCC *[Andrea Dip]*



## 26 **DÁ PRA ENCARAR?** Obama anunciou medidas para reduzir o déficit dos EUA com o exterior. Como a balança comercial brasileira vai se sair diante desse novo cenário? *[Rafael Hernandez]*

## 30 **À SOMBRA DE SADDAM** A eleição no Iraque foi marcada por uma grande mudança dos grupos políticos e deu a vitória a um antigo aliado do ex-ditador *[Yuri Martins Fontes]*

## 34 **POR TODA PARTE** Os líderes da Europa batem cabeça com o desastre financeiro no Velho Continente e deixam a Grécia à deriva e cheia de incertezas *[Antônio Martins e Carolina Gutierrez]*



## 40 DISTRITO 9 DÁ DE 10 EM INVICTUS

Os filmes têm visões antagônicas: um aposta na solução baseada na boa vontade dos grandes homens; o outro, na da luta dos excluídos [Antonádia Borges]

## 36 EPIGENÔMICA, A NOVA FRONTEIRA

A decifração do genoma há dez anos não produziu as respostas esperadas, mas abriu espaço para novas teorias evolutivas [Flávio de Carvalho Serpa]

## 42 SÍMBOLO DA MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE

No seu cinquentenário, Brasília abarca as contradições da beleza de sua arquitetura com o crescimento urbano desigual [Joana Mello]

## 44 IMAGENS REVOLUCIONÁRIAS

O livro Revoluções, de Michael Lowy, traz fotografias das principais batalhas que consolidaram as mudanças da história mundial [Yuri Martins Fontes]



### FALE CONOSCO:

[www.retratodobrasil.com](http://www.retratodobrasil.com)

### CARTAS À REDAÇÃO

[cartas@retratodobrasil.com](mailto:cartas@retratodobrasil.com)  
rua fidalga, 146 conj. 42  
cep 05432-000 são paulo - sp

### ASSINATURAS

[vendas@retratodobrasil.com](mailto:vendas@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527  
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

### ATENDIMENTO AO ASSINANTE

[assinatura@retratodobrasil.com](mailto:assinatura@retratodobrasil.com)  
tel. 31 | 3281 4431  
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

### PARA ANUNCIAR

[comercial@retratodobrasil.com](mailto:comercial@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527  
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

### CIRCULAÇÃO EM BANCAS

[circulacao@retratodobrasil.com](mailto:circulacao@retratodobrasil.com)

### EDIÇÕES ANTERIORES

[vendas@retratodobrasil.com](mailto:vendas@retratodobrasil.com)

### REDAÇÃO

[redacao@retratodobrasil.com](mailto:redacao@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

**CAPA** Gerson/Folha Imagem

**EXPEDIENTE** - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira EDIÇÃO Armando Sartori SECRETÁRIO DE REDAÇÃO Thiago Domenici REDAÇÃO Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Leandro Saraiva • Lia Imanishi • Rafael Hernandez • Sônia Mesquita • Tânia Caliarí DIREÇÃO DE ARTE Chico Max EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori ESTAGIÁRIOS Mauricio Lima • Rodson Baldan REVISÃO Sílvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Andrea Dip • Antonádia Borges • Antônio Martins • Carla Bispo • Carolina Gutierrez • Flávio de Carvalho Serpa • Gabriela Guedes • Joana Mello • Sérgio Bondionni • Yuri Martins Fontes • Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis DIRETOR VICE-PRESIDENTE Armando Sartori DIRETOR ADMINISTRATIVO Marcos Montenegro DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Sérgio Miranda

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA EDICASE [[www.edicase.com.br](http://www.edicase.com.br)] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press



Darren Staples/Reuters

# De que lado ESTAMOS?

**Os EUA estão profundamente empenhados em mudar a política cambial chinesa. E acham que o Brasil pode apoiá-los**

EM MEADOS DE MARÇO, 130 congressistas americanos enviaram carta ao secretário do Tesouro, Tim Geithner, pedindo-lhe para declarar a China um país “manipulador cambial”, que fixa o valor de sua moeda de modo a prejudicar seus concorrentes. Essa definição, diziam, deveria sair no relatório semestral que o Tesouro faz sobre as políticas cambiais de seus principais parceiros comerciais, a ser divulgado 30 dias depois. “A crise econômica mostrou a necessidade premente de políticas que protejam os empregos e os negócios americanos”, escreveram os parlamentares.

Dois terços dos congressistas que firmaram o documento são do Partido Democrata, como o presidente dos

EUA, Barack Obama. O texto lembra que Geithner, em depoimento no Senado, declarou que Obama também considerava que a China manipulava sua moeda. E, de fato, quando senador, Obama se alinhou entre os defensores dessa tese. O governo Obama, no entanto, agiu de modo diferente.

No início de abril, Geithner anunciou o adiamento do relatório sobre a situação cambial. A seguir, partiu em viagem não programada à Índia e à China. Na partida, justificou o adiamento do relatório com a busca de uma solução negociada. Primeiro, no “Diálogo estratégico e econômico China-EUA”, uma série de encontros de representantes dos dois países que terá uma sessão neste mês, e, depois,

na cúpula mais ampla, do Grupo dos 20 (G20), programada para junho, no Canadá.

Juntamente com a Índia, a China e outros, o Brasil faz parte do G20, o fórum que engloba o G7, bloco dos sete países mais ricos, no qual, com a crise, passou-se a discutir os problemas econômicos globais. Os americanos querem ganhar aliados contra a política cambial chinesa e veem motivos para se aproximar do Brasil nessa disputa. No fim do ano passado, em Londres, o ministro Guido Mantega chegou a declarar que o Brasil iria agir nesse sentido. Outras autoridades brasileiras têm atacado nos últimos tempos a política cambial da China. Em abril, por exemplo, o diário *Valor Econômico*

publicou declarações de Diego Bonomo, diretor da Brazil Industries Coalition, uma entidade que representa a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em Washington, nas quais ele dizia que, “se as negociações americanas com os chineses fracassarem e se os pedidos de medidas tarifárias contra eles que já existem no Departamento de Comércio americano forem levados adiante, pode ser do nosso interesse agir de forma semelhante”. Já há 12 pedidos de ação contra a China protocolados no órgão.

### A MOEDA TEM DUAS CARAS

Entende-se perfeitamente o interesse e o momento escolhido pelos americanos para atacar a política cambial chinesa. Ela lhes serviu durante muito tempo: 1994 foi o último ano em que o Tesouro dos EUA apelou para o recurso de considerar a China um país manipulador do câmbio. O preço baixo da moeda chinesa, mantido por compras maciças de títulos de dívida americana, permitiu aos EUA, nos últimos 15 anos, um consumo sem igual, baseado no endividamento. A dívida média das famílias americanas em relação à renda disponível subiu de menos de 80%, há 20 anos, para 129%, em 2007. A área média das novas casas construídas nos EUA entre os anos 1995 e 2009 dobrou, para cerca de 200 m<sup>2</sup>. E isso tudo a um custo relativamente baixo, porque o baixo preço do trabalho da gigantesca massa de chineses que passou a produzir para o mercado global, aliado à política de financiamento farto da dívida americana pela China, permitiu, nos EUA, pressionar para baixo o salário da mão de obra e manter baixa a taxa de juros.

Hoje, a política cambial chinesa deixou de ser solução para se tornar problema. Desde que entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, a China disparou: hoje é a primeira potência do mundo em exportações. Nesse processo, acumulou saldos crescentes com os EUA e os aproveitou para comprar reservas em moeda estrangeira, que superam o equivalente a 2 trilhões de dólares (a China possui 22% da dívida emitida ou garantida pelo Tesouro dos EUA).

A crise fez explodir o sistema financeiro americano, o principal

facilitador da disparada do consumo no país. A riqueza das famílias encolheu 12 trilhões de dólares, mais que o PIB americano. O Federal Reserve, o banco central dos EUA, tem mantido os juros de curto prazo próximos de zero, porque o país está saindo lenta e penosamente da crise. Mas, em breve, terá de elevá-los, pois nenhum investidor sensato apostará num país extremamente endividado que pague pouco por sua dívida.

O presidente Obama quer mudar essa situação no prazo mais curto possível. Disse, no início deste ano, que os EUA devem dobrar suas exportações em meia década. Nesse rumo, o país vai aprofundar uma tendência já visível

A política cambial da China servia aos EUA, enquanto permitiu um consumo sem igual, baseado no endividamento. Com a crise, tudo mudou e agora os americanos pressionam para alterá-la

no seu comércio exterior desde o início dos anos 1990: exportar cada vez menos para os países desenvolvidos e cada vez mais para países emergentes, como o Brasil. No ano passado, por exemplo, os EUA tiveram um saldo comercial com o Brasil de 4,5 bilhões de dólares. É o primeiro saldo negativo da balança comercial brasileira com os EUA desde o ano 2000.

O debate sobre a manipulação do câmbio é uma moeda de duas caras: tem também o lado chinês, é claro. É preciso entender a abertura chinesa para o mercado financeiro internacional e suas limitações.

### ESTAMOS NO MESMO BARCO?

A política de abertura chinesa foi gradual e ainda não se completou. Por 14 anos, o país negociou as condições

para sua entrada na OMC. No campo financeiro, a abertura começou pela conta de transações correntes. Até então, o Banco do Povo da China (o BC chinês) controlava o pagamento de todos os compromissos do país em moeda estrangeira a uma taxa cambial fixa, equivalente a 1 dólar para 1,5 yuan. A partir de meados de 1986, o yuan foi gradualmente desvalorizado e a quantidade de negócios liberados em moeda estrangeira se ampliou. Em 1994, o dólar valia 8,28 yuans e a balança de transações correntes da China estava amplamente aberta.

Não foi aberta, no entanto, a conta de capitais. A diferença é crucial. Na conta de capitais, são registrados compromissos de longo prazo: investimentos na abertura de empresas, na compra total ou parcial delas, empréstimos, compra de títulos, de ações. Todos dependem de autorização do governo chinês, que basicamente cuida para haver transferência de tecnologia e garantia de geração de divisas, com exportações, para pagar os custos dos capitais investidos ou emprestados. Lucros e demais rendimentos dos investimentos podem ser pagos no dia a dia, pela conta das transações correntes. Não dependem de autorização prévia do banco central. A autorização já está dada no momento em que o Estado define as condições e aceita os compromissos assumidos com os investidores a prazo longo.

A China manteve a política de atratamento do yuan ao dólar, à base de 8,28 por 1, até julho de 2005. A partir daí, iniciou um processo de valorização controlada de sua moeda de cerca de 20%, o que mudou a taxa de câmbio para 6,83 yuans por dólar, no início da crise financeira internacional. Aí, então, ancorou novamente o yuan na moeda americana.

O argumento de que a valorização do yuan ajudará a reduzir os desequilíbrios da economia mundial é debatido há muito tempo. Na discussão, sistematicamente se esconde que a China tem grande saldo com os EUA, mas um comércio relativamente equilibrado com o resto do mundo e déficit grande com vizinhos da Ásia, de quem compra partes de equipamentos para montar e exportar. No caso da África e da América Latina, a China ►

é grande importadora de produtos básicos e de matérias-primas. Com o Brasil – de quem se tornou a maior parceira comercial, desbancando desse posto os EUA –, a China teve um déficit comercial de 4,3 bilhões de dólares no ano passado.

O maior mito sobre o valor do yuan, dizia em 2005 Stephen King, economista-chefe do HSBC, é que a moeda chinesa mais forte ajudaria a reduzir o déficit comercial americano. O comércio com a China, dizia King, perfaz apenas 10% do comércio total americano. Cada 10% de valorização do yuan tenderiam a reduzir apenas 1% do déficit, dizia King. Entre 2005 e meados de 2008, o yuan valorizou 20% e o déficit americano não caiu.

A nova preocupação dos americanos com o yuan deve-se possivelmente ao fato de os chineses terem intensificado seus esforços para elevar o padrão de desenvolvimento técnico do país. Um decreto do governo da China, no fim do ano passado, deu prioridade às empresas locais em compras do governo.

Os chineses insistem em dizer, com razão, que ainda são um país atrasado, distante dos padrões tecnológicos dos americanos. O exemplo do iPod da americana Apple, montado na China e de lá vendido, no atacado, a 224 dólares a peça, apoia essa conclusão. Um estudo da Universidade da Califórnia, de 2007, dividiu a renda criada na produção do aparelho. Ele

tem 424 partes. Trezentas custam menos de um centavo de dólar. A mais cara, a tela, valia 20 dólares, mas era feita no Japão. Na China ficavam, na forma de salários para os trabalhadores e lucros para os empresários, para cada iPod, 3,70 dólares. Com a Apple, 80 dólares.

O grau de desenvolvimento técnico de um país se reflete, em última instância, no quanto se paga aos trabalhadores. Os americanos pagam 150 mil dólares de salário médio anual a um engenheiro. Os chineses, 50 mil dólares. Por quê? Na edição do início de abril do semanário britânico *The Economist*, o vice-presidente da Intel, Brian Krzanich, como que respondeu à questão. Se um engenheiro pode, por meio de aperfeiçoamento ou método, elevar em 2% a eficiência de um equipamento que custa, como alguns da Intel, 70 milhões de dólares, o peso de seu salário é mínimo no custo final do produto, disse o executivo.

A riqueza dos donos da Intel, a gigante americana na fabricação de microprocessadores, está acumulada especialmente no valor dos fantásticos equipamentos desenvolvidos e aperfeiçoados por seus trabalhadores e técnicos ao longo dos anos. Os chineses e outros povos asiáticos para os quais se deslocou a produção de partes e a montagem e teste de produtos sofisticados, criados no centro do sistema capitalista, ainda estão longe do coração do processo de geração de riqueza do mundo ampliado, onde domina o capital das multinacionais dos países ricos.

O Brasil deveria estudar com atenção as políticas comerciais e cambiais desses povos. Isso o ajudaria a ver seus próprios erros. A sua abertura comercial foi rapidíssima e sem salvaguardas. As tarifas brasileiras de importação caíram quase a um terço de 1987 para 1992: de 58% para 15%. Também no mesmo período ocorreu ampla, geral e irrestrita abertura de nossas contas de transações correntes e de capitais.

E o salário médio dos operários das áreas mais desenvolvidas do País está praticamente estagnado há décadas. A elite brasileira parece convencida de que vamos triunfar por termos muito sol e muita terra e nem tanto pela qualidade do trabalho de nosso povo. ■

Ricardo Stuckert/PR



O jogo mudou. Vamos manter a mesma tática ou aprender com os asiáticos?



# SÓ POR JUSTA CAUSA

No Congresso, projetos para restringir as demissões imotivadas esbarram em quem acha que é exonerado só quem não trabalha direito

por **Gabriela Guedes**

NA PAUTA trabalhista entregue há exatos 12 meses ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), por seis partidos (PDT, PT, PCdoB, PSB, PV e PTB), consta uma série de reivindicações manifestadas pelas principais centrais sindicais brasileiras de trabalhadores. A proposta da redução da jornada de trabalho (ver *Retrato do Brasil* edição nº 33, abril de 2010), cuja efervescência pode ser sentida semanalmente nos corredores

do Congresso Nacional, é apenas um dos pontos de uma extensa lista. Não menos importante para as centrais é, sem dúvida, o que trata de restringir a chamada demissão imotivada – isto é, a exoneração do empregado decidida unilateralmente pela empresa contratante, sem justa causa – e combater, além do eventual desemprego, um mecanismo que favorece, ao longo do tempo, a redução salarial.

A proposta, evidentemente, só se apli-

ca à parcela dos que atuam no mercado formal, isto é, aos trabalhadores com carteira assinada. O assunto pode soar estranho ao leitor, uma vez que, afinal, a demissão sem justa causa é prática corrente e não há restrição legal à empresa que decide demitir um funcionário dessa forma. Desfeito o contrato de trabalho, ao ex-empregado cabe apenas uma indenização financeira.

Advogado e professor da área do direito trabalhista, o deputado Maurício Rands (PT-PE) é o autor do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 8/2003, cujo objetivo é modificar esse quadro, ocupando, como ele diz, uma “brecha existente” na Constituição Federal quando trata das exonerações de pessoal contratado sob as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Atualmente, a proteção contra a demissão sem justa causa é regida pelo inciso I, do artigo 7º da Carta Magna, que estabelece os pagamentos de indenização compensatória (o aviso prévio), ▶



Rands: risco de demissão afeta os direitos

seguro-desemprego – a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – e 40% do valor depositado em nome do funcionário em sua conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – pago pelo contratante. A Constituição, no entanto, não especifica em quais casos a demissão pode ser realizada. De acordo com o texto, tais definições devem ser estabelecidas por meio de um PLP, como propõe o parlamentar pernambucano.

### PROTEÇÃO

Estudioso do tema, Rands diz que sua proposta restringe a duas as possibilidades – subjetivas e objetivas – de rescisões de contrato de trabalho. A primeira diz respeito às questões de desvio de conduta ou incapacidade do trabalhador; a segunda se relaciona às dificuldades econômicas, financeiras ou de reestruturação produtiva da empresa. “São cinco possibilidades de demissão”, diz. “Por isso, não se pode afirmar que minha proposta aumentará o número atual e que irá engessar o sistema. Tampouco se pode dizer que irá garantir estabilidade aos trabalhadores”, pondera o deputado.

Para Rands, o objetivo fundamental de seu projeto é a proteção do trabalhador contra o ato arbitrário do empregador, algo que, segundo ele, amplia as condições para o exercício dos demais direitos. “Minha experiência como militante do PT e teórico das relações de trabalho comprova que, quando as pessoas não têm a menor proteção e correm o risco de ser demitidas, elas nem sequer se

insurgem contra as violações de seus demais direitos.”

Apreciado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara, o PLP 8/2003 recebeu parecer favorável do relator, Roberto Santiago (PV-SP), sendo aprovado em seguida pelos demais membros da instância. Embora tenha sido colocada em regime de urgência, a proposição está na fila de espera para ser votada há mais de um ano. Na visão de Santiago, a morosidade faz parte do tratamento recorrente dado a qualquer questão trabalhista, devido à atuação das entidades patronais, que se recusam a discutir. Destacando que os custos com demissões imotivadas, hoje, giram em torno de R\$ 29 bilhões ao ano, o parlamentar paulista diz que “os argumentos contrários ao projeto, frequentemente, prendem-se única e exclusivamente à questão da demissão, mas se esquecem de debater com profundidade o que isso significa para o País”.

## Convenção 158 da OIT, que restringe a demissão imotivada, chegou a ser aprovada em 1992

Entre os argumentos utilizados pelos que se opõem a Rands, estão vários dos utilizados para barrar a redução da jornada de trabalho. Ao ser perguntado acerca da grande rotatividade de empregos – citada pelas centrais sindicais como exemplo da instabilidade a que os trabalhadores estão sujeitos –, o deputado Walter Ithoshi (DEM-SP), por exemplo, responde que essa é uma característica cultural brasileira, que prioriza contratações sazonais ou com períodos de experiência. De acordo com ele, a qualidade da mão de obra influiria diretamente nesse processo.

Ithoshi diz que o momento atual não é o de realizar mudanças como a redução da jornada ou restringir as demissões sem justa causa. Seria “mais propício para uma revisão da CLT”. Indagado sobre qual o sentido dessa revisão, o democrata diz que “a carga tributária no Brasil é muito

alta, por isso há um número crescente de terceirizados e o surgimento de cooperativas”. “Diminuindo os encargos, muitos empregos serão criados”, conclui.

Paralelamente à proposta do deputado do PT pernambucano, tramita na Câmara outro texto com o mesmo objetivo: o da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fruto de debates promovidos pelo órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) desde o início dos anos 1980.

### FHC REVOGOU

O texto da convenção, que chegou a ser aprovado pelo Congresso em 1992, limita as demissões a causas relacionadas à capacidade e ao comportamento do trabalhador ou às decorrentes de necessidades de funcionamento das instituições (empresas, estabelecimentos e serviços) por motivos de natureza econômica, tecnológica, estrutural ou análoga. Com relação aos pontos que não podem se configurar como causa para demissão, o documento prevê, entre outros, a cor e a atuação sindical do trabalhador.

No entanto, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda durante seu primeiro mandato (1995-1998), denunciou a convenção. Em outras palavras, seu governo revogou a validade da convenção por meio do Decreto nº 2100/1996.

Em 1997, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) ingressaram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin)

Santiago: morosidade nos temas trabalhistas





Delgado: empresas não querem demitir

no Supremo Tribunal Federal (STF), argumentando que as convenções da OIT não poderiam ser denunciadas antes de dez anos. A ação encontra-se paralisada no STF, devido a inúmeros pedidos de vistas. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomou a discussão do tema, enviando a proposta para o Parlamento, na esperança de aprová-la novamente.

### PSDB DIVIDIDO

Na Câmara, a convenção foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e recebeu parecer contrário do relator, Júlio Delgado (PSB-MG), que teve seu texto aprovado pelos colegas de comissão. Delgado diz que elaborou um relatório que respeitava a Constituição brasileira, que estabelece o modelo indenizatório. O deputado cita como pontos importantes para sua decisão “o avanço da Justiça brasileira e a experiência negativa vivida por países que ratificaram a convenção”, que, segundo ele, são em sua maioria “nações não tão desenvolvidas como a nossa”. Ele também considera injustificável que o empregador pague o FGTS sem ter a possibilidade de demitir o trabalhador. Acerca da alta rotatividade do mercado de trabalho, o deputado é categórico: “Quem trabalha bem a empresa não quer mandar embora. Elas [as empresas] não têm interesse em demitir, pois os custos são muito altos”.

O parlamentar diz que a bancada socialista, à qual pertence, tem posição

definida em outros pontos da pauta trabalhista – como a redução da jornada –, mas não com relação à demissão imotivada. Ele cita outros colegas de partido, como Marcondes Gadelha (PB) e Eduardo Lopes (RJ), que teriam acompanhado seu voto.

O que parece ocorrer é que os socialistas estão divididos com relação a esse tema. Conforme *RB* apurou, o presidente do PSB e governador de Pernambuco, Eduardo Campos, enviou ofício ao líder da bancada à época reafirmando o compromisso do partido com os trabalhadores. Além disso, outros nomes importantes da legenda, como o renomado advogado trabalhista Ulisses Riedel (autor de Estudo sobre o contrato coletivo de trabalho, organizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), sempre estiveram à frente da formulação e articulação em defesa desse e de outros pontos da causa.

De qualquer forma, Delgado mantém sua posição original e, coerentemente,

## Empresas demitem arbitrariamente para contratar mão de obra mais barata

se diz contrário à proposta de Rands. O deputado mineiro questiona, inclusive, a forma de encaminhamento da matéria, que, em sua opinião, deveria se configurar como uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Para Rands, o colega gostaria de ver sua ideia em formato de PEC porque seria mais fácil derrotá-la, uma vez que seria necessário o apoio de dois terços do Congresso para que fosse aprovada. Além disso, o pernambucano ressalta que a própria Constituição institui que as alterações na legislação vigente devem ser feitas por meio de lei complementar.

Nas argumentações contrárias e favoráveis à contenção das demissões imotivadas, uma questão importante a ser respondida é: por qual razão as empresas promovem uma rotatividade tão alta no mercado de trabalho? Delgado utiliza como argumento central a desqualifi-

cação profissional e reforça a alegação afirmando que as demissões custam caro para os empregadores. Joilson Cardoso, secretário de Políticas Sindicais e Institucionais da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), não concorda: “As empresas não demitem para perder dinheiro, há um motivo para isso”, diz. “Elas demitem voluntariamente, arbitrariamente, em muitos casos, para contratar mão de obra mais barata”, explica o sindicalista. Isto é: uma leva de trabalhadores é demitida e outra é contratada no momento seguinte por salários mais baixos.

### EXORBITÂNCIA

Para ilustrar a situação, Cardoso usa como exemplo o ano de 2007, quando 14 milhões de pessoas foram admitidas com carteira assinada e 12,5 milhões tiveram os contratos rescindidos. Embora o saldo de contratações tenha sido positivo, o número de demitidos foi exorbitante.

Coincidentemente, em meio à retomada de importantes debates sobre as relações trabalhistas, o primeiro trimestre deste ano encerrou-se com um dado até certo ponto surpreendente: pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope apontou que 53% da população brasileira não temem ficar desempregados, o menor índice em sete anos. Um número cujo significado não parece impressionar as centrais de trabalhadores, como se vê pela sua movimentação. ■

Ihoshi: o democrata quer revisar a CLT



# DOIS BRASIS NO ALTO TIETÊ

Em meio a ameaças de despejo, moradores de bairros alagados pelo rio-esgoto resistem e apresentam propostas alternativas de solução

por **Antônio Martins**  
e **Carolina Gutierrez**

**SIMPLES** e discreta por fora, sem qualquer concessão à suntuosidade, a sede do Espaço Alana passa quase despercebida na paisagem de ruas enlameadas e casas muito modestas que marca o centro do Jardim Pantanal, situado na várzea do rio Tietê, no extremo leste de São Paulo. A cena muda quando se atravessa o portão. O ginásio amplo e as várias salas de atividades compõem uma espécie de centro cultural e social do bairro. Aos sábados ou domingos, por exemplo, o Movimento de Urbanização de Legalização do Pantanal (Mulp) organiza ali, além do cursinho pré-vestibular, as reuniões de representantes de ruas e os fóruns de formação política.

Aqui, e em diversos outros pontos da várzea do rio, articula-se, desde janeiro, uma mobilização quase sempre invisível para quem vive no centro paulistano. Ela resultou, entre outras manifestações, num protesto de centenas de pessoas diante da prefeitura, em fevereiro, e na participação no Fórum Social Urbano, no Rio de Janeiro, em março.

Primeiro, o movimento enfrentou os alagamentos, que deixaram 14 bairros semissubmersos por dois meses. Mais tarde,

voltou-se contra uma obra que o governo paulista apresenta como ambiental. Um “parque linear” deverá ocupar os 75 quilômetros que se estendem das nascentes do rio (em Salesópolis, a 80 quilômetros da capital) até a barragem da Penha (na entrada do centro expandido paulistano). Nesse trecho, deverão ser eliminadas construções que ocupam a faixa distante entre 50 e 200 metros do Tietê. Os dados oficiais são imprecisos, mas se fala no despejo de 10 mil pessoas.

O Parque Linear Várzeas do Tietê é apresentado na publicidade governamental como o “maior do mundo em seu gênero”. O ex-governador José Serra refere-se a ele como uma obra “cuja função é proteger o rio, funcionar como regulador de enchentes (...) e se transformar numa gigantesca área de lazer”. Para o Mulp e um conjunto de movimentos da periferia, no entanto, a obra reforça, em vez de reverter, a segregação social e o divórcio com a natureza, que caracterizam as metrópoles brasileiras.

“Em princípio, o parque é uma ideia saudável”, diz o arquiteto, urbanista e professor Nabil Bonduki. “O Tietê é um

Jardim Pantanal, na várzea do Tietê, zona leste (abaixo), e bairro às margens do Pinheiros, na zona oeste paulistana (pág. ao lado):



rio de planalto, sujeito a alagamentos.” Por isso, “as várzeas devem ser protegidas. Isso vale inclusive para o trecho abaixo da barragem da Penha”, mais próxima ao centro.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o trecho periférico do rio permaneceu intacto até 1986. Hoje, abriga 120 mil pessoas, espalhadas por uma seqüência de 17 bairros (14 dos quais alagados entre dezembro e fevereiro últimos), que se estendem por cerca de 20 quilômetros, penetrando, rio acima, pelos municípios de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Suzano, Poá e Mogi das Cruzes.

O pedreiro Daniel Sebastião Fortunato foi um dos primeiros a ocupar essas áreas. Em fevereiro de 1987, ele liderou a ocupação de uma chácara abandonada em Guaianazes, também extremo leste da cidade. “Éramos cem famílias; no dia seguinte, havia mais de 500.” O prefeito Jânio Quadros reprimiu-os com selvageria. “A rua aqui do lado, Adão Manuel da Silva, homenageia um camarada que foi morto no confronto com a Guarda Municipal”. O governador Orestes Quércia apaziguou a situação. “A negociação envolveu

ocupantes de diversos terrenos. Em 12 de outubro, Dia das Crianças, as primeiras 300 famílias vieram, por orientação do governo, aqui para a beira do Tietê.”

“Atirar a maioria empobrecida à batalha corpo a corpo contra a natureza é típico do modelo de urbanização segregador que caracteriza o Brasil”, lembra a arquiteta e ativista Ermínia Maricato, desde os anos 1980 uma das referências intelectuais dos movimentos pelo direito à cidade. Nas áreas “nobres”, algumas das principais avenidas paulistanas correm sobre os rios e as várzeas sepultadas da bacia do Alto Tietê. Alguns dos bairros de renda *per capita* mais alta da cidade repousam sobre aterramentos feitos nas margens inundáveis do principal afluente do Tietê, o Pinheiros. Já “as terras que não interessam ao mercado imobiliário”, prossegue Ermínia, “sobram’ para a maioria da população, ainda que sejam mangues, dunas, beira de córregos, várzeas, encostas íngremes e espaços cobertos por matas”.

O Jardim Pantanal, um dentre os 17 bairros, foi dos mais atingidos pela inundação iniciada no início de dezembro passado. Muito plano, como toda

a região, é particularmente extenso. No início de março, quase três meses após a primeira grande chuva, era um retrato da nova ameaça que ronda os moradores da várzea do Tietê: os despejos em massa. A água fétida permanece em valas e quintais. Interrompida a coleta, o lixo se amontoa nas ruas. Perto de metade das construções jaz sobre a lama, na forma de escombros. Na fachada de outras, um X pintado a cal indica a ordem para o que o *site* da prefeitura chama de “desfazimento”. A partir de duas Kombis terceirizadas, assediam-se os moradores que persistem. Alega-se que suas casas estão em “área ilegal, de invasão” e, por isso, afirma-se que não haverá indenização. Sugere-se receber um cheque de 2 mil reais (“vale-aluguel”) e abandonar a moradia em três dias. Aconselha-se: a opção é pegar ou largar.

Bruno Miragaia, que coordena a Regional Leste da Defensoria Pública de São Paulo, enxerga nesses procedimentos uma aberração ética essencial. “Além de coagir as pessoas, fazem-no com quem está submetido a estado de perigo”, diz. Do ponto de vista jurídico, a coação desdobra-se numa feira de atentados à legislação. ►

querem retirar os pobres da beira do rio para proteger a natureza, mas antes deram aos mais ricos o direito de depredá-la





Serra: o Parque Linear Várzeas do Tietê vai proteger o rio. Para realizá-lo, vale até intimidar a população (imagem na pág. ao lado)

## A batalha dos alagados

Um movimento articula as ações do povo da várzea do Tietê

No Jardim Pantanal, desenrola-se uma cena típica dos novos protagonistas da periferia. Constituído em 2000, o Mulp é, desde então, a principal articulação dos moradores. Convocou e tem papel decisivo na batalha de toda a várzea do Alto Tietê contra os despejos. Integra, além disso, o Terra Livre, uma frente de movimentos do campo e da cidade, em luta pelas reformas agrária e urbana.

Marxistas e principais referências do Mulp, Ronaldo de Souza, Wagner Brito e Zélia Andrade sabem que não mobilizarão o Jardim Pantanal apenas com sonhos de um futuro revolucionário. Por isso, atuam em parceria com o Projeto Espaço Alana.

Luciana Maia, jornalista do projeto, explica que lá funcionam um Centro de Educação Infantil (que recebe, em período integral, 240 crianças de até quatro anos); um Núcleo de Recreação e Cultura (com oficinas de esporte, dança, música e linguagem, aulas de informática e oficinas de jogos e brincadeiras); e um Núcleo de Iniciação Profissional (NIP), que oferece, para jovens e adultos, cursos de informática e o Programa Educação para o Trabalho e Inglês, além de biblioteca, assistência social

e atendimento aos idosos, psicológico e odontológico.

Dos cursos de informática, surgiu a Cooperativa de Tecnologia Mira Periferia, que só trabalha com *software* livre. Na OCA (Organismo, Comunicação e Arte), ligada ao NIP, os educadores Eduardo Bustamante e Julio Suñé combinam *hip-hop* com formação de pensamento crítico, valorização da comunidade, respeito às diferenças. Em seu *site*, o *rapper* Gog comenta com orgulho a visita que fez a eles, em 2009. O cursinho pré-vestibular, iniciativa do Mulp em convênio com a Educafro, comemora 20 ingressos de estudantes do bairro em universidades (públicas e ProUni) nos últimos anos.

Foi nas assembleias do movimento que se assegurou o abastecimento de água: entre 2001 e 2002, os moradores superaram a má vontade da Sabesp e construíram em mutirão a rede de canos, deixando para trás os tubos clandestinos de PVC, que faziam captação em córregos poluídos. Também nas assembleias negociaram-se, com a distribuidora Eletropaulo, em 2004, as condições para a ligação de luz, que superou os “gatos” precários e instáveis.

Desde a criação do Estatuto das Cidades, os órgãos públicos não podem remover populações antes de cumprir uma série de procedimentos de cautela. Devem dialogar com os atingidos, definir em conjunto o local de suas novas moradias e erguê-las antes de executar a remoção. Embora não obrigatória, a realização de audiências públicas sobre os detalhes da obra é uma praxe adotada inclusive em projetos muito mais modestos. A produção de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é indispensável. Apesar dos requerimentos da Defensoria o governo do estado e prefeitura resistiam a apresentar o documento até meados de março, três meses depois de iniciadas as obras.

O projeto do Parque Linear Várzeas do Tietê jamais foi submetido a um debate com a sociedade ou no próprio Legislativo. As únicas informações sobre ele são as disponíveis na internet e num arquivo em

## O verdadeiro sentido do projeto não será prolongar a marginal do Tietê até a nascente do rio?

PowerPoint assinado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado (DAEE). A análise do material já publicado sugere, porém, que há uma enorme distância entre os objetivos declarados da obra e seu sentido real.

A observação não diz respeito apenas ao desalojamento dos moradores. Sobressai, no projeto, a inexistência de medidas para corrigir a grande causa de morte do rio: o despejo maciço de esgotos sanitários. A vazão média da água no Alto Tietê está em torno de 50 metros cúbicos por segundo ( $m^3/s$ ), caindo para  $15 m^3/s$  nos meses de estiagem. Mas a Sabesp, empresa estatal paulista de saneamento, despeja na bacia do rio, todos os dias do ano,  $60 m^3/s$  de detritos residenciais – 86% do total coletado, que permanece sem tratamento. No centro do “parque” correrá, portanto, um rio morto e malcheiroso. É de se esperar que seja frequentado?

Uma terceira característica sugere que, além de confirmar o modelo atual de urbanização das metrópoles brasileiras,

a obra pode aprofundá-lo. Ao longo de toda a sua extensão, será construído o que é chamado, no material disponível, de “Via Parque”. Trata-se de uma avenida, que se estenderá de São Paulo a Salesópolis e terá, segundo o *síte* da obra, duas pistas em cada sentido. Completa-se, então, a imagem realista: ao centro da faixa, esgoto; de ambos os lados, automóveis, monóxido de carbono e asfalto. E surge uma pergunta inevitável: o verdadeiro sentido do projeto não será prolongar a avenida marginal do Tietê – a via expressa que corta a cidade no sentido leste-oeste, do bairro da Penha ao da Lapa – até as nascentes do rio?

Ronaldo Delfino de Souza, um dos líderes do Mulp, estudou até o segundo grau, mas é um intelectual na periferia. Na casa de dois cômodos onde vive com a mulher e os dois filhos adolescentes, cria bichos e ervas medicinais. Fala pouco, mas é raro não ver, em seu rosto moreno e redondo, a curva de um sorriso. Em sua sala, no Alana, prepara palestras em universidades, articula intervenções no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Alto Tietê e organiza as excelentes fotos que faz sobre as condições do Pantanal Leste. Nas últimas semanas, tem especulado muito sobre os novos passos da mobilização atual.

“Você quer alternativas para a região?”, pergunta. De uma das pastas de seu computador, salta um arquivo intitulado “Projeto de Urbanização do Pantanal”. Foi redigido, como parte de trabalho de pós-graduação na Faculdade de Saúde Pública da USP, por Marzeni Pereira da Silva, outro integrante do Mulp. “Mas expressa uma reflexão de todo o movimento, por isso decidimos adotá-lo”, frisa Ronaldo.

Souza: um intelectual da periferia que atua na defesa dos moradores do Pantanal

Na leitura do documento e em novas conversas com Ronaldo e Marzeni, vai ficando claro que há, nas respostas aparentemente pragmáticas encontradas pela periferia para seus problemas, sementes de um novo projeto de metrópole.

O trabalho não faz a defesa cega da ocupação humana das várzeas do Tietê. Muito menos opõe-se à construção de um parque para proteger o rio. Defende, ao contrário, a própria remoção das moradias muito próximas ao leito. Mas reivindica o óbvio: preservar os laços de trabalho, familiares e pessoais da população removida.

Para tanto, sugere duas medidas. Quer adensar a vasta região em torno da linha de trens de subúrbio que liga o Brás, na capital, a Calmon Viana, no município vizinho de Poá. Marzeni explica: “Em cerca de metade de seu trecho, a linha 12 [do trem] corre paralela ao Pantanal Leste. Está contígua a boa parte dos 17 bairros. Mas é mais distante do rio e quase sempre mais alta, topograficamente. Quase não foi verticalizada. A área comporta a construção de prédios para moradia dos que hoje estão ameaçados permanentemente de inundação”. As obras necessárias podem gerar, como efeito secundário, o aumento da ocupação: a mão de obra contratada para as edificações deveria ser prioritariamente da região, sustenta o plano adotado pelo Mulp.

Reprodução



Em favor dos moradores que permanecerem na região – tanto em suas casas atuais quanto em novas construções – reivindica-se a legalização da posse dos imóveis. A medida afasta o medo permanente de perder a moradia, supera a divisão da cidade entre moradores legais e precários e torna todos juridicamente responsáveis pela proteção do ambiente natural e urbano.

Outra opção é o centro paulistano, onde já trabalha parte da população que vive em torno do rio. “Há muitos imóveis desocupados e ótima rede de água, esgotos, transportes, telecomunicações. Se a intenção é construir uma cidade mais humana e mais verde, por que não aproveitar essa grande oportunidade de iniciar a reforma urbana?”, provoca Marzeni.

Com o objetivo de recuperar de fato a várzea, o projeto alternativo reivindica o que não poderia faltar em nenhuma proposta de intervenção no rio: tratamento dos esgotos, eliminação completa dos despejos industriais e sanitários e proibição do despejo de entulho nas áreas próximas. Mas o Mulp não deseja a “Via Parque”. Quer a “requalificação do transporte coletivo”. Nem reivindica, aliás, o simples asfaltamento das ruas – boa parte ainda em terra nua. Está consciente dos riscos de provocar, nas áreas próximas ao Tietê, a impermeabilização, que favorece as enchentes. Reclama, por isso, “pavimentação ecológica”, que garanta a porosidade do solo.

Quer a construção de postos de saúde e iluminação pública (ausentes na maior parte dos 17 bairros). Enfatiza e aprofunda a agenda verde, propondo “implantação de coleta seletiva de lixo”, “passeios públicos gramados e arborizados, priorizando árvores nativas e/ou frutíferas” e “treinamentos e cursos voltados à educação ambiental, para criar multiplicadores e disseminadores comprometidos com o desenvolvimento sustentável”.

Não deixa de ser animador constatar: além de por a nu a incivilidade dos que querem marginalizá-la, a periferia sugere que outro tipo de metrópole e de vida social é possível. ■



Carla Bispo



# O GOVERNO PAGA PRA VER

Indígenas ameaçam tentar impedir. Ambientalistas protestam. Mas o governo anuncia a construção de Belo Monte, a grande hidroelétrica da Amazônia

por Tânia Callari

**O CINEASTA** James Cameron visitou no fim de março a cidade de Altamira, às margens do rio Xingu, no Pará, onde deverá ser feita a hidrelétrica de Belo Monte. Foi apoiar a luta dos que querem impedir a construção da usina. E comparou os povos indígenas da região com os Na'vi, o povo de Pandora, a floresta ameaçada de sua ficção *Avatar*, sucesso mundial de bilheteria.

Belo Monte, porém, não é a Amazônia imaginária. É o maior dos grandes aproveitamentos energéticos dos rios da Amazônia, região em que estão cerca de 66% do potencial hidrelétrico do País. Seu custo está estimado em 19 bilhões de reais. Será a terceira maior hidrelétrica do mundo, com 11.233 MW de potência instalada,

atrás apenas de Itaipu, no rio Paraná, e de Três Gargantas, na China.

Belo Monte vai enfrentar a oposição de ambientalistas em escala global, como se percebe pela visita de Cameron e também pela entrega a relatores de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), no início de abril, por mais de cem organizações e movimentos sociais, de um documento que denuncia irregularidades no processo de licenciamento da obra.

A bacia hidrográfica do Xingu, que tem aproximadamente 6% da área do País, é pouco povoada. Tem por volta de meio milhão de habitantes, mas estima-se que a barragem levará cerca de 100 mil pessoas para sua área de construção, agravando os já notórios problemas sociais e ambientais

em função do avanço da agropecuária, da mineração e da exploração de madeira. E, o que é mais significativo, cerca de 20 mil dos atuais moradores da área do Xingu são indígenas, de 24 etnias. Muitos deles vivem nas 30 áreas demarcadas pelo governo, inclusive no pioneiro Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, resultado de décadas de grandes lutas dos índios e dos indigenistas. Lideranças indígenas de vários pontos do Xingu dizem que vão resistir à usina. “O Xingu pode virar um rio de sangue”, diz uma carta firmada por várias delas.

Belo Monte, além disso, envolve grandes interesses. As condições do edital do governo federal com as regras para a concessão da usina estavam sendo discutidas



Representantes indígenas, de ONGs e ambientalistas em Altamira, em maio de 2008, durante encontro para discutir Belo Monte

Gerson/Folha Imagem

até a véspera do leilão marcado para o mês passado e representavam mudanças importantes no modelo do setor elétrico brasileiro, em constante adaptação às demandas do setor privado desde as reformas liberais dos anos 1990. Que parte da energia a ser fornecida por Belo Monte ficaria reservada para algumas das empresas interessadas em construí-la, como a Vale e a Alcoa, mineradoras com grandes projetos na região? Que parte seria destinada ao chamado “mercado livre” – a grande criação do modelo liberal implantado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que cresceu espetacularmente no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, em que se beneficia de preços mais baixos um grupo seletivo de cerca de 700 empresas?

Qual o papel do Estado brasileiro – da Eletrobrás, a grande estatal do setor, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o grande financiador – no projeto?

A área total dos reservatórios da usina será de 516 km<sup>2</sup>, insuficiente para armazenar água que garanta uma forte geração de energia durante todo o ano. Essa característica, a ausência de um grande reservatório, faz de Belo Monte uma usina a fio d’água, que depende da real vazão do rio para tocar suas turbinas.

Os planos para o aproveitamento hidrelétrico do Xingu já foram outros. Belo Monte, então denominada Kararô, grito de guerra na língua caiapó, foi planejada no fim dos anos 1970 como um dos cinco

barramentos ao longo do rio. A resistência ao projeto fez que, tentando encerrar o assunto sem discuti-lo, o Conselho Nacional de Política Energética publicasse em 2008 uma resolução determinando que Belo Monte fosse a única barragem no grande rio. Seria essa a melhor solução para o tratamento da Amazônia e de seus potenciais? Não haveria como avançar na discussão de planos para o aproveitamento dos recursos da floresta, incluindo seu potencial hidrelétrico, que respeitasse as tradições e a cultura de seus povos e significassem uma melhora de seus padrões de vida materiais e culturais?

Pelo jeito, sem resposta para essas questões mais amplas, o governo decidiu apenas pagar para ver. ▶

## O RELEVO E A OBRA

Situada no relevo suave do planalto central do Brasil, a região nordeste do estado de Mato Grosso apresenta três formações montanhosas: a serra do Roncador, no extremo leste; a serra Formosa, mais a oeste; e a serra Azul, ao sul. Entre elas nascem os formadores do Xingu, os rios Culuene, Tanguro, Curisevo e Ronuro. O Culuene recolhe as águas dos outros três e ganha o nome de Xingu numa localidade batizada pelos índios Camaiurá como Mÿrená, dentro do Parque Indígena do Xingu.

As águas do Xingu correm dos montes do Planalto Central em direção ao norte, para as terras da chamada Depressão Periférica Sul-Amazônica – com altitudes entre 300 e cem metros acima do nível do mar –, e daí para a Planície Amazônica, o último degrau, bem baixo, que parte de cerca de dez metros de altitude para atingir o oceano Atlântico na altura da ilha de Marajó.

No geral, a depressão onde fica a maior parte da bacia hidrográfica do Xingu é plana, mas aqui e ali veem-se morros de topos arredondados dos quais o rio desvia para retomar seu caminho rumo ao norte. Altamira, a cerca de cem metros do nível do mar, está situada numa estrutura especial desses morros, formada por rocha cristalina, que abrange uma área extensa, com uns 80 quilômetros de frente para o rio, e está num posição

excepcional: seu extremo norte fica no limite entre a depressão e a planície. Ali, o Xingu topa com essa formação sobre a transição geológica e inicia um movimento aparentemente caprichoso, a chamada “Volta Grande”. Desvia-se abruptamente para o sudeste, segue sobre um leito rochoso, cheio de ilhas, sem grandes declividades, até 80 quilômetros a jusante. Dali, quebra novamente para o norte, e suas águas passam a correr mais nervosas com o aumento do desnível do terreno. A certa altura, voltam-se para o leste, como que se acalmam e, finalmente, retomam o rumo norte, adentrando na planície.

Entre Altamira e Belo Monte, no final da “Volta Grande”, as águas do rio percorrem cerca de 160 quilômetros em desnível de mais de 90 metros. É essa diferença de altitude, muito mais concentrada nos quilômetros finais da “Volta Grande”, quando as águas como que caem da depressão para a planície, que favorece o aproveitamento hidrelétrico.

Saindo do porto de Altamira, o barco voadeira segue sem dificuldades sobre o rio que enche. É fevereiro. A superfície do Xingu já está a 96,2 metros de altitude, com uma vazão de 13,6 mil metros cúbicos por segundo ( $m^3/s$ ). Em abril, o rio completa a cheia e chega quase ao nível da cidade, com a vazão perto de sua máxima, em torno de 23 mil  $m^3/s$ . Com a estiagem nos meses seguintes, começa a minguar até 700  $m^3/s$ , deixando expostas,

lá para outubro, as belas praias, pedras e cachoeiras que as águas escondem no inverno.

“Bonito aqui é mesmo no verão”, diz Francélia Nogueira, moradora de uma comunidade na beirada da margem esquerda da Volta Grande, chamada Arroz Cru. “Tem cada praia linda quando a água está baixa... E, se Deus quiser, vai continuar tendo”, diz. Ela sabe que, em breve, esse trecho do rio talvez sofra uma mudança

## Escavação dos igarapés que levarão água ao reservatório será equivalente à do Canal do Panamá

radical: suas águas devem permanecer constantemente nos níveis da cheia, contidas por uma grande barragem.

Anunciando as belezas do lugar, Francélia mostra a ilha Pimental logo à frente. Ela é grande e será um dos apoios para a barragem principal da usina. Francélia saúda dona Delícia dos Santos, moradora de uma palafita na ilha. Delícia já tem para onde ir. “Não sou contra nem a favor.

### A grande volta

No norte do Pará, após deixar para trás o Planalto Central, as águas do Xingu atravessam uma área de transição, driblam o relevo e seguem para a planície do rio Amazonas



Quem somos nós para irmos contra o governo?”, diz, encerrando a questão.

A barragem terá 2,2 quilômetros de margem a margem do rio. Nela, ficará a casa de força complementar, com seis turbinas com capacidade de 25,7 MW cada, resultando em uma potência instalada de 233,1 MW, uma fração mínima da potência do conjunto de Belo Monte. O objetivo principal da barragem não é a geração de eletricidade nesse local, mas desviar a água para os vales entre os morros da área mais alta, fazer com que ela corra por entre eles até perto de Belo Monte e, aí, se despeje abruptamente na casa de força principal, onde será feito o outro barramento e onde estarão instaladas 18 grandes turbinas, de 611,1 MW cada.

Benedito Balão, ribeirinho e pescador, vive com sua família nessas áreas mais altas, ao lado do igarapé Gaioso, que, juntamente com o Di Maria, será cavado para mudar o curso principal do rio e levar as águas para o reservatório que dá saída pelas grandes turbinas. A energia elétrica de Balão vem de um gerador. A família está inscrita no Luz para Todos, programa do governo federal. Mas a luz não chegou. “Não deve ter chegado porque isto aqui deve alagar tudo”, diz Balão.

Uma área equivalente a um quadrado com uns 15 quilômetros de lado, com florestas, pastos e plantações, será inundada pelas águas a serem levadas pelo

Gaioso e pelo Di Maria e formará parte do reservatório de Belo Monte. Os outros 382 km<sup>2</sup> do reservatório estarão sobre a própria calha do rio, da barragem da ilha Pimental para trás, ao longo de mais de cem quilômetros de extensão.

O Gaioso será transformado num canal de concreto com cerca de 12 quilômetros de comprimento e largura média de 250 metros. Na sua escavação, na do Di Maria e na de outros trechos a serem aprofundados e concretados, serão retirados 144 milhões de m<sup>3</sup> de terra e 51 milhões de m<sup>3</sup> de rocha, quantidade equivalente à escavada para a construção do canal do Panamá. Para conter as águas desviadas pelos canais para as terras altas, serão construídos dezenas de diques que fecharão pequenos vales e depressões naturais.

Haverá também uma terceira barragem, menor, no sítio Bela Vista, com o mesmo papel desses diques e com um vertedouro para controlar o volume do reservatório. Ela fica a uns 60 quilômetros abaixo da ilha Pimental, pelo leito do rio. O projeto anterior de Belo Monte previa uma grande barragem ali, na qual se conteria o Xingu e a água de todos os seus afluentes situados após a Pimental, formando um lago mais de duas vezes maior.

Segundo os estudos elaborados pela Eletronorte entre 1975 e 1980, a bacia do Xingu tem um potencial hidrelétrico de 22 mil MW. Os planos de exploração desse potencial incluíam outras cinco

barragens no Médio Xingu e uma sexta no seu principal afluente, o Iriri. O aproveitamento em torno da Volta Grande, com a casa de força principal em Belo Monte, sempre foi a primeira opção. A partir de 1986, os estudos para a usina, na época chamada Kararaô, foram aprofundados. Definiu-se, então, que o barramento principal seria no sítio Bela Vista. O reservatório criado por essa barragem resultaria na inundação de 1.225 km<sup>2</sup>, com alagamento significativo nas áreas indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande e Trincheira Bacajá, esta já no vale do rio Bacajá.

Os estudos de viabilidade para esse projeto foram encerrados ao fim de 1988. Nesse mesmo ano, lideranças caiapós, como Paulinho Paiakan e Kube-I Kaiapó, e o etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi do Pará, denunciaram o projeto nos EUA, levando o Banco Mundial a suspender seu financiamento. No ano seguinte, a resistência ganhou atenção mundial com o gesto da índia Tuíra, que colocou o facão na face de José Muniz Lopez, então engenheiro da Eletronorte e atual presidente da Eletronorte.

Diante do impasse, engenheiros e técnicos das estatais empenharam-se em mudar a estratégia. Em 1994, foram iniciados os estudos que levariam ao formato atual do projeto: uma usina a fio d'água, com um reservatório com a metade do projetado anteriormente. ►

## Belo Monte ontem e hoje

O projeto antigo (abaixo) previa um reservatório de 1.225 km<sup>2</sup> e a inundação de terras indígenas. No atual, com um lago bem menor, essas áreas ficam preservadas



## A RESISTÊNCIA

A cerca de 40 quilômetros da ilha Pimental, rio abaixo, na margem direita do Xingu, está a aldeia dos índios arara, onde, por ora, a vida segue sua rotina. Um grupo de homens sai para caçar com flechas e espingardas, as crianças brincam e pescam, homens e mulheres movimentam a casa de farinha. No dia anterior ao da visita da repórter, havia nascido uma menina, elevando a população local a 99 pessoas. O cacique Zé Carlos Arara apresenta a aldeia, seu sistema de coleta seletiva de lixo, a caixa d'água instalada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a farinha que seca no panelão chapado sobre o fogo.

Zé Carlos eleva o tom quando diz que durante o processo de aprovação da usina não foram feitas as oitivas, as reuniões de consulta exigidas pela Constituição em processos que envolvem intervenção em territórios indígenas. Ele exalta a relação de sua aldeia com o Xingu e diz que o rio vai secar. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte reconhece a diminuição da vazão naquele trecho. Propõe que na época das secas a operação das barragens mantenha um fluxo mínimo para mitigar esse impacto. No projeto anterior, grande parte da aldeia dos araras e de outras desapareceria sob as águas. No atual, o problema é o oposto – vai faltar água.

Segundo os que se opõem ao projeto, ao longo dos anos a baixa vazão no trecho de cem quilômetros na “Volta Grande” causará diminuição do lençol freático,



Zé Carlos Arara: o Xingu pode virar “um rio de sangue”, se o projeto for em frente

Dom Erwin e Lula: no ano passado, o bispo foi ao presidente para discutir a hidroelétrica



com consequências sobre as florestas das margens e as atividades agrícolas. Também prejudicará as faunas aquática e terrestre, formará poças no leito rochoso que podem se tornar criadouros de mosquitos e eliminará trechos navegáveis, afetando diretamente a vida dos índios.

O cacique afirma que seu povo vai resistir à construção. O plano é reunir na ilha Pimental centenas de indígenas de várias etnias vindos de diferentes pontos do Xingu. O cacique cita de memória a essência da carta enviada em dezembro passado por vários povos indígenas ao presidente da República e outras autoridades. A carta saiu de um encontro na reserva Capoto-Jarina, no Mato Grosso, no qual cerca de 250 líderes de 14 etnias discutiram Belo Monte e outras obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que

afetam suas áreas. No texto, os índios afirmam que não se sentariam mais para falar sobre a usina e que “se o governo brasileiro quiser construir Belo Monte da forma arbitrária como está sendo proposta, que seja de total responsabilidade deste governo e de seus representantes, como também da Justiça, o que virá a acontecer com os executores dessa obra, com os trabalhadores, com os povos indígenas. O rio Xingu pode virar um rio de sangue. É esta a nossa mensagem”.

Apesar de estar bravo com o presidente Lula, Zé Carlos mantém na parede de sua maloca a foto que tirou com ele durante uma audiência em Brasília, da qual participou quando ainda estava disposto a expor sua contrariedade. Em julho do ano passado, o presidente recebeu um numeroso grupo para uma audiência que fora solicitada havia meses pelo bispo católico da Prelazia do Xingu, dom Erwin Krautler, também presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e histórico

“Lula disse que não enfiaria o projeto goela abaixo de ninguém. É um belo monte de mentiras!”

combatente contra os planos da hidrelétrica. O bispo foi acompanhado pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Célio Bermann e por representantes de organizações não governamentais, movimentos sociais e indígenas da Volta Grande do Xingu.

O grupo se reuniu com o alto escalão do setor elétrico nacional. Antonia Mello, coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, esteve na audiência e é uma das pessoas que não acreditam em nenhuma palavra das autoridades sobre Belo Monte. “O Lula disse ao bispo, para todos ali, que não iria enfiar o projeto goela abaixo de ninguém. E olha aí...”, diz ela, na sede do movimento, em Altamira. “É um belo monte de mentiras!”

A desconfiança de Antonia tem razões históricas. A ocupação da Amazônia tem sido marcada por violência e exclusão.



Tânia Callari

Antonia, do Movimento Xingu Vivo: as desconfianças têm fundamento histórico

Um exemplo é a rodovia Transamazônica, de 1972, que passa por Altamira. O município é o maior do Brasil, com uma área equivalente a um quadrado com 400 quilômetros de lado, correspondente às superfícies somadas dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. É um polo regional de comércio, prestação de serviços, educação e produção agropecuária.

Nessa enormidade territorial, vivem precariamente 98 mil habitantes, 80% dos quais na área urbana, onde a rede de água chega a apenas 20% dos domicílios, e a de coleta de esgoto, a mísero 1,92%. A taxa de mortalidade infantil é de 34,2 por mil nascidos vivos, duas vezes e meia a média do País. A região é também conhecida pelos seus altos índices de ocorrência de tuberculose e de hanseníase.

No início do primeiro mandato do presidente Lula, o setor elétrico brasileiro esteve entregue a pessoas ligadas ao longo processo de luta contra os abusos praticados pelos militares nessa área. Depois, por questões de acomodação política, voltaram ao setor os representantes das oligarquias tradicionais. Se durante o regime militar até o governo FHC o setor estava nas mãos de homens ligados ao senador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, no governo Lula o setor foi passado a apadrinhados do senador José Sarney, eleito pelo Amapá, mas representante, de fato, das oligarquias do Maranhão. Até o fim de março, o ministro de Minas e Energia era o senador Edison Lobão, do grupo de Sarney, que atacou as manifestações dos indígenas descontentes com Belo Monte como se elas tivessem partido de “forças

demoníacas que puxam o País para baixo, impedindo que haja avanço”.

Ildo Sauer, professor da USP e importante militante do PT na área de energia, é um dos que lutaram contra os projetos autoritários para a Amazônia e esteve no governo no início da administração Lula. Ele conhece Altamira e os impasses de Belo Monte. Esteve lá em 1992, como professor da USP, convidado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para dar um curso sobre energia e sociedade e municiar militantes sociais, indígenas e ribeirinhos em sua luta contra a barragem.

“Naquela ocasião, Altamira era abastecida com energia de geradores a diesel, e Eletrobrás e Eletronorte mentiam para a população falando que a usina seria para iluminar a região”, diz Sauer. “Aí mostramos que uma pequena turbina em qualquer queda d’água daquelas seria suficiente para isso e que era mais lógico levar a energia de Tucuruí produzida ali do lado, bastando puxar cem quilômetros de linha de transmissão.” A linha de Tucuruí de fato foi puxada e esse movimento de resistência foi fundamental para que se buscasse uma alternativa melhor para a hidrelétrica.

Sauer acha que o governo Lula praticamente nada fez no sentido de integrar as comunidades indígenas na discussão dos projetos de aproveitamento energético dos rios da Amazônia. Nem mesmo promoveu os estudos técnicos independentes do aproveitamento desses rios. A tarefa acabou sendo passada para as grandes empreiteiras e empresas interessadas nas obras. ▶

## DESAFIOS DA EXPLORAÇÃO

Na sede do Ministério Público Federal (MPF) em Altamira, o jovem promotor Cláudio Amaral, recém-chegado à região, encaminha a RB uma lista dos processos abertos ao longo da história do projeto de Belo Monte. Um dos mais recentes, de 2008, uma Ação Civil Pública, questiona a contratação das três grandes empreiteiras interessadas no empreendimento – Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez – para a realização dos Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Para o procurador regional da República, Felício Pontes Júnior, autor da ação, a contratação, feita pela Eletrobrás sem licitação, é imprópria.

Todas as denúncias relativas ao não cumprimento de regras e normas para o licenciamento ambiental foram barradas nos tribunais superiores. O atropelo ao processo, no entanto, refletiu-se no pedido de demissão e na exoneração de dois altos funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Leozildo Benjamin e Sebastião Pires, que saíram denunciando a grande pressão política para que se concedesse a licença prévia. Em fevereiro deste ano, impondo 40 novas ações de mitigação de impactos ambientais aos futuros empreendedores, o Ibama concedeu a licença prévia para Belo Monte, endossando o EIA-RIMA apresentado.

“O EIA-RIMA é ainda uma intervenção precária no processo de decisão”, diz Sauer. “No caso de Belo Monte, poderia ter havido um estudo sério. Havia tempo e recursos para isso. O governo Lula teve seis anos para fazer e não fez. E, mais do que tudo, não foi negociar com as populações”, diz.

Do ponto de vista técnico, Sauer considera bom o projeto atual de Belo Monte. Ele não concorda com a tese de que a usina, por ter apenas 39% de sua capacidade instalada como energia assegurada (4.571 MW médios em 11.233 MW), seja inviável economicamente. A tese da inviabilidade, de autoria de Celio Bermann, é uma das mais divulgadas pelos militantes do movimento contra a obra.

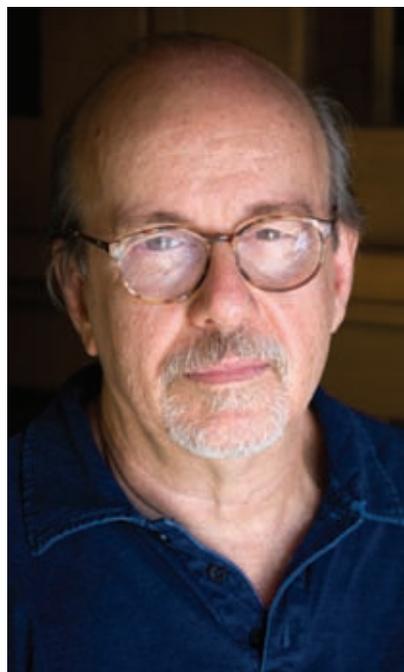
“Economicamente, a usina é viável”, diz Sauer. “A usina não pode ser avaliada de forma isolada, porque ela vai

integrar o sistema elétrico nacional, que tem outras usinas, algumas com reservatórios grandes, que dividem o risco hidrológico. Na época seca no Xingu, sabe-se que Belo Monte não produzirá muito, mas isso será compensado pela produção do sistema, que tem 75 mil MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas.” Por sua vez, a produção de energia em Belo Monte nas cheias ajudará a preservar os reservatórios de água de outras regiões do País.

Segundo o engenheiro Roberto D’Araújo, ex-funcionário de Furnas e assessor da Eletrobrás nos primeiros anos do governo Lula, no singular sistema elétrico brasileiro os extensos rios de planalto propiciaram a construção de vários grandes reservatórios, muitos em sequência no mesmo rio, que garantem a regularização de seu fluxo. O rio Paraná, por exemplo, tem uma dúzia de grandes usinas, cujos reservatórios ajudam na geração de energia uns dos outros. Uma usina pode aproveitar a água mantida em outros reservatórios a montante para manter sua produção mais constante ao longo do ano, sem depender apenas de seu reservatório.

Além disso, graças à extensa rede de transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SNI), reservatórios situados em diferentes bacias hidrográficas, sem ligação física entre si, passam

D’Araújo: SIN aproveita melhor as usinas



Sérgio Bondioni

a funcionar de forma combinada, gerando, por exemplo, energia no Norte para compensar falta de chuvas no Sudeste. D’Araújo explica essas vantagens e também os impasses do setor no livro *Setor elétrico brasileiro – uma aventura mercantil* (Confea, 2009).

Sauer faz contas hipotéticas para demonstrar a viabilidade financeira de Belo Monte: “Se o projeto custar 20 bilhões de reais, para quitar a usina em 30 anos será necessário pagar anualmente 12% desse total, em juros e amortização do principal. Isso dá 2,4 bilhões de reais ao ano. Agora você divide esse montante pela energia que ela gera por ano para ter o custo do MW. Se a energia assegurada é de cerca de 4.600 MW, multiplica-se isso pelas 8.760 horas do ano. Serão 40.296.000 MW gerados. Divide-se os 2,4 bilhões anuais pelos megawatts gerados e tem-se o custo: 59,56 reais por MW. Aí você acrescenta uns 6 reais de custo de operação e manutenção. São 65,56 reais. Isso é mais barato do que a energia produzida em Santo Antonio e em Jirau, no rio Madeira!”. “É claro que é economicamente viável”, diz Sauer. “O problema de Belo Monte é a negligência extraordinária dos governos.”

Outra crítica ao projeto sempre apontada por militantes e ambientalistas é a argumentação de Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa), de que grandes reservatórios em regiões tropicais geram mais gases do efeito estufa do que usinas termelétricas que produzem o mesmo montante de energia. Em sua sala de diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), Luiz Pinguelli Rosa rebate sem vacilar essa tese. “Tenho uma briga com o Fearnside de uns dez anos sobre esse assunto”, diz. “Um dos primeiros grupos a fazer medidas de emissão de gases do efeito estufa nos reservatórios brasileiros foi o nosso, da Coppe. E não é verdade que a água que passa pelas turbinas libera quantidades imensas de metano, como ele diz.” Pinguelli Rosa publicou em 2006, juntamente com outros acadêmicos, um artigo na revista *Climatic Change* apontando os erros científicos do trabalho de Fearnside.

“Para essas medições”, diz, “você pega amostras da água do lago e amostras da água que sai da turbina. Quando



Rafael Andrade/Folha Imagem/Folhapress

Pinguelli Rosa, primeiro presidente da Eletrobrás no governo Lula: um dos responsáveis pela retomada dos estudos de Belo Monte

a concentração de metano diminui, significa que o gás foi para a atmosfera ao passar pela turbina. Mas discordamos do método que o Fearnside usou, porque ele pegou a concentração mais alta de gás, que está no fundo do lago, e comparou com a água que sai da turbina. Nós medimos a concentração da água dentro da tubulação, que de fato estava passando lá. Aí a concentração era menor do que a do fundo e era mais ou menos a mesma da superfície”, diz. A equipe da Coppe já havia estudado as emissões de superfície em grandes reservatórios brasileiros e, a partir da medição feita nas turbinas, os estudiosos dobraram as estimativas de cada reservatório. “Ainda assim, ficou claro que as hidrelétricas emitem muito menos do que as termelétricas”, diz Pinguelli Rosa. Ele admite, no entanto, que há o contraexemplo da hidrelétrica de Balbina, que emite muito porque tem uma área inundada enorme, comparativamente com a energia que gera.

Pinguelli Rosa foi o primeiro presidente da Eletrobrás do governo Lula e um dos responsáveis por recolocar em pauta os estudos sobre Belo Monte. “Para isso, eu me confrontei com uma decisão da Justiça que impedia os estudos da usina. Isso é um absurdo! Tudo tem de ser estudado”, diz.

Pouco depois de seus enfrentamentos, Pinguelli Rosa, que havia anos assessorava Lula nos assuntos energéticos, foi demitido da estatal para que fossem acomodados os homens de Sarney. Tanto ele como D’Araújo e Sauer defendem a matriz hidráulica na geração brasileira, complementada pelas térmicas e por fontes alternativas, como a eólica e a biomassa. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel),

“Há pressão contra as hidroelétricas. Talvez por ser uma vantagem comparativa de países como o Brasil,”

entre os empreendimentos de geração outorgados em 2009 e em construção, as termelétricas – poluentes e caras – ultrapassaram em 24% as hidrelétricas.

“Hoje, há uma pressão internacional contra as hidrelétricas baseada na tese dos reservatórios poluentes. Isso talvez se dê porque o potencial hidre-

létrico é uma vantagem comparativa que países em desenvolvimento, como Brasil, alguns na África e China, ainda têm. O Brasil explorou apenas 30% do seu potencial”, diz Pinguelli Rosa, que defende também o uso do potencial da Amazônia.

Para essa região, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017 prevê a construção de usinas nos rios Araguaia, Tocantins, Tapajós e Xingu (Belo Monte). Na bacia do Tapajós, onde está prevista a construção de um complexo de cinco hidrelétricas, o governo tem dito que vai inovar ao aplicar o conceito de usina-plataforma, segundo o qual, como numa plataforma de produção de petróleo em alto-mar, a usina será construída e operada por funcionários que não viverão em seu entorno, evitando o impacto populacional sobre a floresta.

O conceito é bonito. Cameron é capaz de gostar. Talvez a estratégia *hi-tech* agrade a outros ambientalistas e também ajude a adiar o enfrentamento dos problemas suscitados por Belo Monte: o desenvolvimento da Amazônia em bases democráticas, seu aproveitamento hidrelétrico e a forma de exploração e venda de energia do atual modelo do setor elétrico, cada vez mais suscetível à demanda dos empreendedores. ■

Carla Bispo

# MATARAM MEU FILHO

Débora, Vera e Edinalva são da Associação Mães de Maio e tiveram os filhos assassinados por "encapuzados" há quatro anos, após os ataques do PCC em São Paulo

por **Andrea Dip**

**AQUELES** eventos de maio de 2006 mudariam suas vidas. Vera Lúcia Andrade de Freitas passou o Dia das Mães em família, na Baixada Santista, quando viu na televisão os ataques atribuídos ao PCC (Primeiro Comando da Capital) na cidade de São Paulo. Débora Maria da Silva, também de Santos, comemorou o dia com um churrasco e ganhou um bolinho-surpresa dos filhos pelo aniversário completado dias antes. Com o que sobrou da pequena festa, fez uma marmita para o filho comer no dia seguinte, preocupada porque ele havia feito uma operação na boca e estava com dor.

Em comum entre essas duas mães está a morte dos filhos nos dias mais sangrentos da história recente do País, como apontam os números oficiais divulgados pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (Condepe): 493 execuções entre os dias 12 e 21 de maio, num cenário em que 765 detentos, entre eles líderes do crime organizado, foram transferidos de presídios estaduais e outros 12 mil usufruíram do benefício do indulto para passar o Dia das Mães em casa.

Era ano de Copa do Mundo e de eleições. "O ano foi agitado", lembra Ali Rocha, que fez para a Anistia Internacional o documentário *Segurando as Pontas*, sobre o tema desta reportagem, da Associação de Amparo de Mães e Familiares de Vítimas da Violência, ou apenas Associação das Mães de Maio, criada por Débora a fim de cumprir o que um promotor lhe aconselhou na época: "Investigue a senhora mesma a morte de seu filho, porque o processo não vai dar em nada".

Débora saiu à procura de outras mães para que juntas tivessem mais força. "Nem todas quiseram participar, muitas têm medo de represália", explica. Hoje, há 11 mães na

associação, que se articula com outras organizações pelo fim da impunidade e da violência, principalmente a policial contra jovens da periferia.

À época, com o início dos ataques, 73 presídios e nove cadeias se rebelaram. Nas ruas, agências bancárias e casas de policiais foram atacadas e aproximadamente 43 ônibus foram queimados. Até o dia 18, segundo balanço parcial da Secretaria de Segurança Pública, 293 ataques espalhados em diversas regiões foram registrados, gerando pânico na população.

A polícia, então, reagiu. As folgas e férias foram canceladas e todo o efetivo saiu às ruas. “Lembro-me de ter assistido estupefato às declarações do secretário de Segurança, Saulo de Castro Abreu Filho, a um telejornal, afirmando que a população poderia ficar tranquila porque em poucos dias, em reação aos ataques, já haviam matado mais de cem”, lembra Danilo Chammas, advogado da Fundação Interamericana de Direitos Humanos.

## SE VAI MORRER, É BANDIDO

Débora recebeu um telefonema de um policial amigo da família no dia 16 alertando para que não deixasse os filhos saírem de casa, porque a polícia iria encarar quem estivesse na rua como inimigo. Assustada, tentou falar com o filho Edson Rogério, 29 anos, no trabalho, mas não conseguiu. Na mesma noite, ele voltou à casa da mãe pedindo um remédio para dor de dente e dez reais emprestados para abastecer a moto, que estava com a gasolina no fim. Em seguida foi embora, pois trabalharia cedo na manhã de terça-feira. “Pedi para ele ficar em casa, para não sair àquela hora”, conta.

A moto de Edson estava estacionada ao pé do morro no qual morava, próxima a um posto de combustível, na região do bairro Vila São Jorge, periferia de Santos. Segundo testemunhas que não prestaram depoimento por medo de represália, os frentistas não venderam a gasolina em respeito ao “toque de recolher”. Havia sete anos, o rapaz trabalhava como gari numa empresa de limpeza urbana. Carregava no bolso o holerite quando levou quatro tiros na mesma rua que havia varrido pela manhã. Um no coração, um em cada pulmão e outro nas nádegas. As testemunhas contam que viram poli-

ciais militares fardados. “Mas eu sou trabalhador”, teria implorado. “Se vai morrer, é bandido”, teriam dito.

## CORREU DOIS QUARTEIRÕES

Mateus de Freitas, 21 anos, era o filho de Vera. Foi para a escola “depois que deram a notícia de que tudo estava sob controle”, explica a mãe. “Ele saiu e voltou, porque não teve aula”, recorda. Deixou os cadernos em casa e foi encontrar os amigos na pizzaria a dois quarteirões de sua casa.

Algum tempo depois, Vera e o marido escutaram os tiros que mataram o filho e o amigo dele, Ricardo Porto Noronha, 17 anos. Os dois foram baleados por homens encapuzados em motocicletas sem placa de identificação. Testemunhas disseram que viram policiais trocar de roupa num posto de gasolina próximo ao local, mas também não prestaram depoimento. Os dois estavam parados em frente ao restaurante quando os homens passaram metralhando. Ricardo morreu na hora. Mateus ainda correu por dois quarteirões até ser alcançado. Vera conta que o marido chegou perto do corpo do filho, para tentar socorrê-lo, mas logo chegaram policiais e o levaram para a Santa Casa de Santos. Dias depois da execução, a avó de Ricardo recebeu a notícia de sua aprovação na peneira de futebol do Santos Futebol Clube.

## “NOVE TIROS”

Edinalva Santos é outra mãe que luta para juntar as peças do assassinato do filho Marcos Rebelo Filho, 26 anos, funcionário da papelaria Almeida na Vila São Jorge, bairro da zona noroeste, periferia de Santos. “Surfar era a vida dele”, conta. Em férias, Marcos saiu para encontrar os amigos e jogar *videogame* em uma lanchonete de uma amiga na noite do dia 14. “Ela tinha uma portinha, vendia pasteizinhos e colocou uns *videogames* para os meninos jogarem”, descreve.

Uma Blazer dando voltas no quarteirão com alguém falando ao rádio chamou a atenção dos jovens. “Foram nove tiros no meu filho”, conta, emocionada. O homem que atirou estava de moto. “Meu filho tentou correr quando viu que eles não iriam nem revistar, o pé dele ficou preso em um bueiro, foi

quando ele caiu”, diz.

Elese defender com a mão, num reflexo natural do corpo, mas não adiantou. O tiro atravessou a mão e atingiu a testa, e mais dois atingiram a cabeça, um outro o coração, mais um a orelha e mais dois um pulmão e as costas.

A outra vítima, um amigo, morreu com oito tiros e a terceira ficou aleijada de uma perna, porque se fingiu de morta. “Eram encapuzados. Eles recolheram as cápsulas, não sei se levaram, se jogaram no bueiro. Aí, cinco minutos depois veio uma ambulância. Eu estava em casa dormindo, eram vinte para a meia-noite. Minhas duas filhas receberam uma ligação, entrei em desespero”, relembra. “Marcos não devia nada para a polícia. E a raiva que dá? A gente sai na rua rezando. Mãe é vida, não é morte. Se tiverem que me matar, vão me matar falando”, protesta. Edinalva chegou a ser presa por tráfico de drogas e ficou nove dias detida, segundo ela, por um flagrante forjado por “falar demais”.

## FALTA DE PROVAS?

As vítimas dos casos relatados na reportagem se enquadram no perfil geral das vítimas de homicídio no Brasil: jovens do sexo masculino, com reduzida escolaridade, solteiros e, aparentemente, sem antecedentes penais.

Uma análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo no período, realizada pelo Laboratório de Análise da Violência da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e encomendada pela Conectas Direitos Humanos (2009) apontou que apenas três dos mais de 400 mortos tinham formação universitária, ou seja, 70% não foram além do ensino médio, o que reforça a origem de classes média-baixa e baixa.

Apoiando a Associação Mães de Maio, a Defensoria Pública Regional de Santos cobra três atitudes por parte do Estado: indenização, pedido de desculpas públicas e criação de memorial em homenagem às vítimas. “Aqui em Santos, nós estamos cuidando de 11 casos. Ninguém estava envolvido em crimes, ninguém foi morto em confronto com a polícia, as pessoas foram metralhadas. O Estado provocou ações com a transferência de presos e não conseguiu manter a segurança.”, afirma Antonio Maffezoli, defensor público do Núcleo Especializado de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado. ▶



Os ataques: nos dois primeiros dias, rebeliões, ônibus incendiados e atentados a bancos, metrô e policiais.

Ele lembra que dezenas de entidades de direitos humanos entraram em alerta à época, formando uma comissão independente com o apoio de alguns órgãos estaduais, como o Condepe, para acompanhar as investigações. “Havia suspeitas de execuções por parte de policiais, da participação de policiais em grupos de mascarados, de omissões de cadáveres e de corpos enterrados sem identificação. Todas essas suspeitas se confirmaram e nada foi feito”, critica Mafezzoli.

**474 TINHAM A FICHA LIMPA**

No seu relatório, a UFRJ e Conectas divulgaram que o número real de civis mortos seria de 505, contra 59 dos agentes públicos. O estudo usou como critério as pessoas mortas por arma de fogo no estado de São Paulo no período de 12 a 21 de maio.

Enquanto os agentes públicos foram mortos principalmente nos dois primeiros dias (em menor medida, no terceiro dia), os civis faleceram em sua maioria entre os dias 14 a 17 (veja tabela). “A

maioria das mortes dos civis não aconteceu durante os ataques contra os policiais ou agentes penitenciários, mas num momento posterior, provavelmente em intervenções realizadas por policiais ou em execuções sumárias cometidas por grupos encapuzados”, conclui o documento. Outro dado indica que somente 31 vítimas tinham antecedentes criminais, ou seja, 474 tinham a ficha limpa.

Luiz Gonzaga Dantas, atual ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, membro da comissão que gerou o

2.359 lesões foram causadas por tiros, sendo 649 na cabeça e no pescoço.

Em entrevista ao *site Repórter Brasil*, Molina declarou que havia divergência entre os históricos de resistência seguida de morte e o que diziam as necropsias dos corpos analisados: “os boletins de ocorrência [BOs] falam sempre a mesma coisa, como se um tivesse sido copiado do outro. A história é padrão: sempre existe perseguição seguida de uma troca de tiros nunca iniciada pelos policiais. Mas, quando olhamos os

**MORTES EM MAIO DE 2006**

Dias	12 e 13	14 a 17	18 a 21	Sem data
Agentes públicos	<b>33</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
Civis	<b>51</b>	<b>331</b>	<b>43</b>	<b>80</b>

Fonte: Conectas Direitos Humanos/Boletins de Ocorrência e Laudos/Secretaria de Segurança Pública de São Paulo

livro *Crimes de Maio* – publicado pelo Condepe com um estudo do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) feito em 2007 –, conta que o perito criminal Ricardo Molina calcula que, em um total de 493 vítimas,

laudos, vemos quatro tiros na cabeça, o que não bate com a descrição. Os BOs são totalmente fictícios, histórias da carochinha”, contestou, à época.

O ouvidor Dantas diz que, quatro anos após o episódio, pouco foi feito.

A reação: todo o efetivo policial sai às ruas e muitas mortes, a maioria nas periferias, continuam impunes.





“Pedimos ao Ministério Público [MP] que fosse formada uma comissão para que os crimes, principalmente os de autoria desconhecida e os cometidos por policiais, fossem investigados de forma conjunta, o que não aconteceu”, conta. Ele explica que, se essa comissão tivesse sido formada para investigar, em conjunto, os assassinatos, provavelmente os policiais envolvidos teriam sido punidos e os processos não teriam sido arquivados sem provas, muitos sem autoria. “Cada processo de assassinato por encapuzados ou de resistência seguida de morte foi tratado como rotina em sua comarca, em sua delegacia, sem que a conexão que havia fosse feita entre eles”, diz.

Um ano depois dos ataques, em 2007, apenas seis pessoas haviam sido condenadas e 91 haviam sido denunciadas pelo Ministério Público Estadual por suspeita de participação nos ataques gerais. Entre os 493 homicídios oficiais, 243 tinham sido acompanhados pelo MP. A promotoria apresentou denúncia à Justiça em apenas oito casos, sendo

que em sete deles as vítimas eram agentes do Estado e apenas uma era civil. A reportagem da RB tentou inúmeras vezes, junto à assessoria de imprensa do MP de São Paulo, obter a atualização desses dados, mas até o fechamento desta edição nenhuma informação fora fornecida.

No entanto, dados fornecidos pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo indicam que o órgão acompanhou 102 casos no período, com 168 vítimas das 493 oficiais. Desse montante, 54 de autoria desconhecida (com 89 vítimas e 33 arquivamentos); 48 de “resistência seguida de morte” (79 vítimas, com 35 arquivamentos) e três casos de desaparecimento não solucionados. A descrição dos suspeitos foi similar na maioria das denúncias:

## Os crimes de maio foram levados ao relator da ONU para execuções sumárias em 2007

homens encapuzados em motos ou em veículos com vidros escurecidos. “Nossa luta hoje é para que os casos sejam desarquivados; porém, mais importante é que se discuta a tal ‘resistência seguida de morte’, que mata centenas de pessoas todos os dias”, diz Dantas.

A doutora em psicologia e pesquisadora Marisa Fefferman, do Tribunal Popular, entidade que coloca as autoridades no banco dos réus, diz que os

crimes de maio simbolizam um Estado que “não dá garantias de direitos e de segurança, que não está dando conta da deterioração e da barbárie que vivemos e que, em vez de repensar o sistema, responde de forma cada vez mais punitiva”, afirma.

Em 2008, o Tribunal Popular fez um documento denunciando a violência policial encoberta pela resistência seguida de morte. Nele, descreve-se um cenário descrito pelas mães de maio, no momento do assassinato de seus filhos, que mostra a semelhança na atuação diante da cena do crime. “Ela é desfeita, seja pelos autores do ato, seja por policiais que chegam em seguida recolhendo os cadáveres ou pelas pessoas gravemente feridas que falecem a caminho do hospital, eliminando qualquer sinal que permita uma mínima investigação”, protesta.

“Os crimes de maio foram levados ao conhecimento de Philip Alston, relator da ONU para execuções sumárias, e constam do relatório de sua visita ao Brasil em 2007. Como de praxe, o documento foi apresentado em sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, provocando constrangimento ao Estado brasileiro perante os representantes das demais nações do planeta”, explica Danilo Chammas, da Anistia Internacional.

Para as mães de maio é pouco. “Eu quero justiça. Quero não ter mais medo de andar na rua pensando que posso encontrar os assassinos do meu filho. Quero que as outras mães tomem coragem de cobrar pelos seus filhos também. Sei que não vamos tê-los de volta, mas não podemos deixar o País esquecer o que aconteceu”, finaliza Débora. ■





Como vai se comportar a balança comercial brasileira diante das medidas agressivas anunciadas por Obama para reduzir o déficit americano com o exterior?

por *Rafael Hernandes*

# DÁ PRA ENCARAR?

Cetty Images

**AO SE ENCERRAR** o primeiro trimestre, o comércio exterior brasileiro enfrentava questões importantes a ser respondidas até o fim do ano: como se comportará o saldo da balança comercial ao longo dos nove meses restantes, dado o desempenho considerado muito fraco no primeiro quarto deste ano? E como a nova e agressiva disposição anunciada pelo governo do presidente Barack Obama de reduzir o déficit comercial dos EUA se refletirá nesse comportamento?

Os dados do início do ano não são nada animadores para nossa balança comercial. O superávit nos primeiros três meses foi de apenas 895 milhões de dólares, 70% menor que os 2,98 bilhões registrados em igual período do ano passado, quando o mundo atravessava um dos piores momentos da crise. O re-

sultado, no entanto, não advém de queda ou estagnação das exportações devido ao retraimento das compras internacionais. Ao contrário, as vendas brasileiras ao estrangeiro cresceram nada menos que 25,8% na comparação com o ano passado. O problema vem do impressionante aumento das importações, de 36%.

Quem acompanha o comércio exterior não foi totalmente surpreendido por esse dado, que reflete uma tendência estabelecida há algum tempo. Entre 2000 e 2006, o País obteve elevados e crescentes superávits, com alto crescimento das exportações (150,1%), muito superior ao das importações (63,7%). Isso fez que, nesse período, a balança, de deficitária em 697 milhões de dólares, passasse a superavitária em 46,4 bilhões. A partir de 2006, entretanto, as exportações cresce-

ram apenas 11%, bem abaixo do ritmo das importações, de 39,7%. O resultado foi o encolhimento do superávit quase pela metade, para pouco mais de 25,3 bilhões de dólares no ano passado.

Fernando Homem de Melo, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), diz que a causa principal da reversão da tendência é a valorização do real, que reduziu a competitividade das exportações e barateou as importações. “Esse câmbio de 1,80 real vai levar nos próximos anos a uma alteração ao menos do ritmo de crescimento das exportações e ao aumento do ritmo de crescimento das importações, o que já está acontecendo há algum tempo”, diz.

A queda do superávit comercial não é a única tendência que os números do pri-

meio trimestre confirmam. Outra é a de o País exportar cada vez mais produtos sem processamento industrial, isto é, com baixo valor agregado. Segundo dados do Serviço de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 1996 esses produtos representavam 16,4% do total vendido ao exterior, valor que foi crescendo continuamente até chegar a 31,6%, no ano passado. Ao mesmo tempo, a fatia dos produtos industrializados caiu tanto entre os com alta ou média-alta tecnologia (de 27,1% para 23,7% do total) – que incluem produtos de aeronáutica, aeroespacial, equipamentos para transporte e máquinas e equipamentos mecânicos – quanto entre os de média-baixa ou baixa tecnologia (56,5% para 44,7%) – que englobam borrachas, plásticos, papel, celulose, alimentos e têxteis.

### EXPLOSÃO DAS COMPRAS

Esse movimento não foi causado pela queda nas vendas dos industrializados – que mais que dobraram nesse período, passando de 39,92 bilhões de dólares para 104,6 bilhões de dólares –, mas sim pelo explosivo aumento dos não industrializados, que saltaram de 7,82 bilhões de dólares para 48,38 bilhões de dólares. A tendência continua se manifestando neste ano: entre janeiro e março, apesar de a venda de industrializados ter crescido muito (20,6% em relação ao mesmo intervalo de 2009), a de não industrializados cresceu ainda mais (32,8%).

Para Homem de Melo, boa parte disso pode ser explicada pelo natural aumento

do consumo gerado pelo desempenho econômico acima da média dos países emergentes. “Alguns chamam isso de efeito China. Alguns falam Brics. Eu prefiro falar em países emergentes”, diz. “Eles estão crescendo bem mais que os países desenvolvidos, o que afeta o comércio internacional.” Com renda *per capita* bem mais baixa que a dos países ricos, quando os emergentes importam, o que compram é alimento, explica o economista. Ele diz que isso está causando uma mudança na estrutura do comércio mundial, com maior demanda por produtos primários, o que está beneficiando principalmente “o agronegócio brasileiro”. Não à toa, o Brasil é líder mundial de exportações de

## O desempenho do comércio exterior no primeiro trimestre mostra tendências mais antigas

açúcar, álcool, carnes bovina e de frango, café, suco de laranja e tabaco, e vice-líder em soja e milho.

O professor da USP vaticina um futuro sombrio: “Provavelmente, se não mudarmos a política cambial, uma parte do setor industrial vai desaparecer”, diz. Fábio Faria, diretor de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior

do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem outra explicação para essas questões. Ele diz que, por causa da crise, especialmente nos EUA – os maiores compradores de manufaturados brasileiros –, “houve uma queda nas vendas de nossos produtos industrializados”. A crise, no entanto, não afetou a demanda de produtos do agronegócio, resultando na mudança.

### “COMMODITIZAÇÃO”

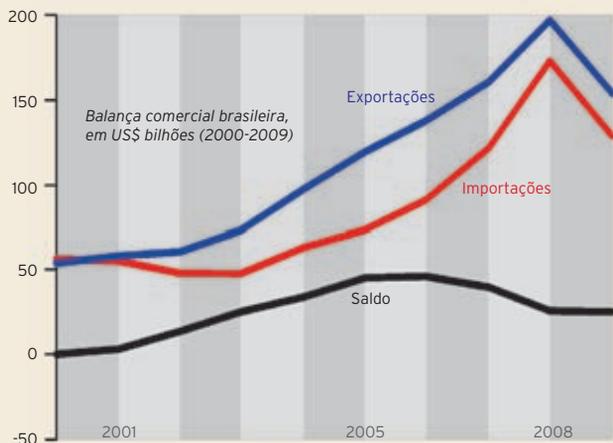
Para Mauricio Cárdenas, ex-ministro colombiano e organizador de um livro lançado no início do ano para tentar explicar a nova posição brasileira na economia mundial, o problema é outro. Em recente entrevista aos jornais brasileiros, ele disse que “o Brasil está se desindustrializando e se ‘commoditizando’”, processo inverso ao realizado por outros países emergentes, especialmente China e Índia.

Segundo Cárdenas, é possível um país se desenvolver como produtor de *commodities*, como fizeram Noruega e Chile, mas, “para uma economia tão grande como a do Brasil”, o melhor seria ter um sistema de desenvolvimento mais equilibrado. Sem alterações no câmbio, Cárdenas aponta apenas duas saídas: investimentos em infraestrutura e tentativa de acesso preferencial aos maiores mercados, EUA e Europa, para, assim, baratear custos e ganhar competitividade.

Os dados do ano passado mostram que Homem de Melo e Cárdenas podem ter razão quanto à performance de nosso setor manufatureiro. A indústria teve desem- ▶

### Diminui o superávit...

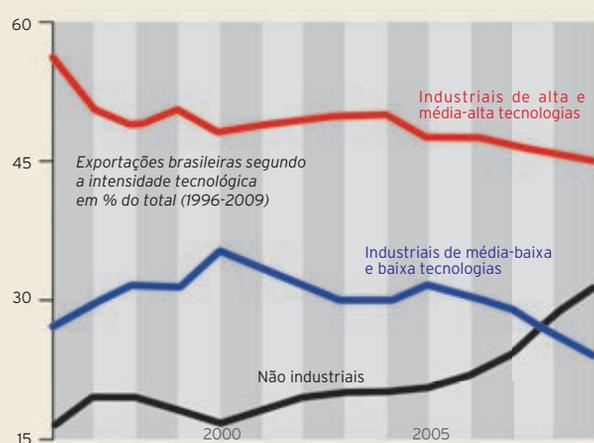
O saldo comercial crescentemente positivo na década diminui com a subida mais acelerada das importações



Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex)

### e cresce a venda de baixíssima tecnologia

A partir de 2006, a exportação de produtos não industriais ganhou forte impulso



Fonte: SECEX/MDIC



Homem de Melo: sem mudar a política cambial, áreas da indústria podem sumir

penho muito inferior ao do PIB. Enquanto a economia como um todo recuou 0,2% em relação a 2008, a produção industrial caiu 5,5% – a da agropecuária baixou 5,2% e a dos serviços teve alta de 2,6%.

### MENOR INTENSIDADE

Há sinais também de que a situação da indústria pode se complicar. O aumento das importações de bens intermediários e de matérias-primas no primeiro trimestre, de aproximadamente 42%, parece indicar que pode estar ocorrendo a troca dos fornecedores nacionais da indústria por estrangeiros. “As cadeias produtivas no País se tornaram menos intensas, o País vem perdendo intensidade industrial”, disse o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Júlio de Almeida. É um fenômeno exatamente inverso ao que vem ocorrendo, nas últimas décadas, nos países asiáticos, que paulatinamente vão agregando suas cadeias produtivas e gerando produtos manufaturados de maior valor agregado.

Em meio a esses problemas, dois episódios ocorridos em março devem reverberar no comércio exterior do País. O primeiro, de menor intensidade, foi mais um capítulo da longa batalha travada entre Brasil e EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 2002, quando o governo brasileiro entrou com recurso no órgão contra subsídios dados pelos americanos a seus produtores de algodão.

Em resposta à permissão dada pela OMC no ano passado para que o País retaliasse produtos importados dos EUA como forma de compensar as perdas econômicas advindas, o Brasil apresentou uma relação com 102 itens diversos, como automóveis, cosméticos e trigo, entre outros, que sofreriam aumento de 100% na alíquota do Imposto de Importação. Dias depois, uma segunda lista com 21 itens passíveis de quebra de patente, como remédios e músicas, foi colocada em consulta pública para completar o montante de 829 milhões de dólares ao ano que o País recebeu permissão para retaliar.

Nas semanas que se seguiram à divulgação das relações de produtos, os EUA enviaram para cá importantes negociadores, como Gary Locke, secretário de Comércio, e Miriam Sapiro, vice-representante do United States Trade Representative (USTR, órgão máximo de comércio exterior daquele país). No início de abril, abria-se a perspectiva de que fosse encontrada uma solução negociada, que evitasse a retaliação.

### DOBRAR EXPORTAÇÕES

De qualquer forma, tal esforço, desproporcional ao peso das eventuais retaliações, que equivaleriam a mero 0,07% das exportações dos EUA, dá pistas do empenho com que os americanos estão encarando a outra e muito mais importante iniciativa que adotaram mais ou menos na mesma época: o audacioso plano anunciado por Obama para reduzir o déficit comercial de seu país.

Diante da crise financeira que explodiu em 2008, o governo dos EUA chegou à conclusão de que não é mais possível manter prejuízos comerciais recorrentes na casa das várias centenas de bilhões de dólares. No ano passado, por exemplo, o déficit foi de “apenas” 500,9 bilhões de dólares, mas, em 2007 e 2008, quando a crise financeira ainda não tinha freado tão fortemente as importações, esse número ultrapassara os 800 bilhões de dólares anuais.

As metas de Obama são ousadas: além de gerar dois milhões de empregos (diante do fechamento de aproximadamente cinco milhões de postos de trabalho somente em 2009), o presidente quer duplicar as exportações (que atingiram 1,056 trilhão de dólares em 2009) nos próximos cinco anos. Para se ter uma ideia, esse valor equivale a 8,7% de todas as exportações mundiais no ano passado. Como o comércio mundial não deve crescer no mesmo ritmo ambicionado por Obama, isso significa que, para atingir a meta, os EUA vão disputar agressivamente os mercados externos.

O anúncio de Obama ocorreu durante discurso em uma conferência no Banco de Exportação e Importação dos EUA (Eximbank), ocasião em que o presidente detalhou algumas das medidas que serão tomadas, como a criação do Gabinete de Promoção de Exportação, formado basicamente por funcionários dos departamentos de Estado, Tesouro e Comércio, responsáveis pela execução da “Estratégia Nacional de

Exportação”, como vem sendo chamada. Além disso, o presidente reativou o Conselho de Exportação do Presidente, que será encabeçado pelos executivos-chefes da Boeing, Jim McNerney, e da Xerox, Ursula Burns, para a manutenção de uma ligação com o setor privado.

### SINAL AMARELO

O Eximbank irá criar uma linha de crédito de 2 bilhões de dólares anuais para financiar pequenas e médias empresas exportadoras. Essas também terão assessoria de especialistas do Departamento de Comércio e da UPS, multinacional americana de logística, para analisar seu perfil e sugerir novos mercados a ser explorados. Por fim, o plano prevê a retomada das negociações de acordos de livre-comércio, especialmente com Coreia do Sul, Colômbia e Panamá, como melhor forma de manter o país competitivo no mercado internacional.

Para o secretário de Comércio dos EUA, Gary Locke, essas medidas podem “ajudar a renascer a prosperidade das empresas americanas, impulsionar o

crescimento econômico futuro e manter os empregos internamente”.

O plano fez o governo brasileiro acender o sinal amarelo. “Existem produtos que, se os EUA aumentarem muito a agressividade, podem nos trazer problemas”, diz Faria. Não é mesmo

**Se os EUA alcançarem a meta para as exportações, isso equivalerá a quase 9% do volume mundial**

necessário ser um grande conhecedor de economia para imaginar o quanto as medidas propostas por Obama, se realmente efetivadas, vão interferir no comércio brasileiro, em particular, e no mundial, em geral. Apesar da forte

queda na participação americana em nossas pautas de exportação (de 20,3%, na década de 1990, para 10,2%, em 2009) e importação (de 22,4% para 15,8%), os EUA sozinhos ainda respondem por quase um sétimo da corrente de comércio do País. Até 2008 permaneceram como nosso maior parceiro comercial, sendo ultrapassados pela China no ano passado.

### E AS CONSEQUÊNCIAS?

Tal mudança de postura dos EUA deve afetar diretamente nosso comércio: a alta das importações brasileiras coincide com o atendimento da necessidade americana de ampliar seus mercados de venda nos países emergentes. Portanto, é de se esperar maior pressão nesse sentido. O Brasil pode também sofrer de forma indireta, pois os EUA vão elevar o tom na disputa por mercados em que ambos atuam, sobretudo na agropecuária, em que os americanos são os líderes mundiais em exportações (139,97 bilhões de dólares em 2008) e o Brasil ocupa o terceiro posto (61,4 bilhões de dólares). Merecem atenção produtos como a soja e as carnes, dois dos quais em cujas vendas o Brasil mais cresce, sem esquecer o milho e o algodão.

Diante dessas perspectivas e levando-se em conta as tendências dominantes no comércio exterior brasileiro, há quem proponha um remédio tradicional – e amargo – para aumentar fortemente o superávit comercial: a elevação, ao longo dos próximos meses, da taxa básica de juros, a Selic, pelo Banco Central. A alta dos juros conteria o consumo interno, o que reduziria as importações. A freada no consumo obrigaria, então, as empresas brasileiras a disputar mercados fora do País para vender seus produtos, turbinando, dessa maneira, o superávit comercial. Isso poderia combinar com o maior empenho que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem cobrado de seus ministros para que adotem medidas de incentivo às exportações.

Esse tipo de solução mostra dois problemas. O primeiro é o do custo político da elevação da taxa de juros em ano de eleição presidencial. O outro é, como diria um jogador de futebol após ouvir a preleção do técnico que levaria o time à vitória, saber se a tática foi combinada com o adversário. É o caso de perguntar: vai dar para encarar a nova disposição do Tio Sam? ■

Faria: caso os EUA se tornem muito agressivos, parte das exportações será afetada



Luiz Antonio/Ag. LAR

# À SOMBRA DE SADDAM

Marcada por uma reviravolta dos grupos políticos, a eleição no país ocupado pelo EUA deu a vitória a um antigo aliado do ex-ditador

por Yuri Martins Fontes

**ATÉ ONDE** se pode avaliar uma eleição em um país ocupado, a escolha do segundo governo do Iraque após a invasão americana revelou mudanças políticas importantes associadas à perspectiva de desocupação militar do país, prevista para começar em agosto próximo, de acordo com o calendário do presidente dos EUA, Barack Obama.

A novidade mais espetacular foi o retorno dos ex-correligionários de Saddam Hussein à disputa partidária. Membros do partido Baath, que atua também na Síria, eles podem ter sido decisivos para a vitória surpreendente de Iyad Allawi, do Movimento Nacional Iraquiano (al-Iraqyia).

Um resumo rápido mostra, primeiro, que os grupos xiitas dividiram-se ao meio e que a metade mais conservadora perdeu parcela significativa de votos. Conservadores, nesse caso, são os grupos que aceitam a associação entre Igreja e Estado, assim como a influência americana sobre o país. Seu principal representante é o atual primeiro-ministro, Nuri al-Maliki, líder da coalizão Estado de Direito, eleito em 2005.

Em segundo lugar, também perderam votos os dois maiores partidos curdos que participam da atual coalizão de governo – o Partido Democrático do Curdistão e a União Patriótica do Curdistão. A contrapartida foi o crescimento acelerado de um novo partido, o Goran, aparentemente muito menos propenso a aceitar a influência americana no Iraque.

Que a volta dos baathistas é importante, observa-se pelas atitudes do pró-

prio governo, que alterou seguidamente as regras eleitorais ao longo do ano passado. A última delas, já na véspera do pleito, em janeiro, foi a exclusão de um número ainda indefinido de candidatos – a Justiça ainda está examinando, caso a caso, uma lista inicial de 511 nomes – sob a acusação de pertencer ao partido de Saddam.

## Para Allawi, a estabilidade do Iraque é a estabilidade da região

O próprio Allawi é baathista, mas rompeu com Saddam nos anos 1970 – quando o acusou de tentar matá-lo em um atentado macabro a machadadas, em Londres. Tem um longo passado de boas relações com os EUA – como tinha o próprio Saddam, aliás.

Em junho de 2004, aceitou chefiar um governo interino para substituir



o então administrador americano do Iraque, o diplomata Paul Bremer. Allawi renunciou depois do massacre na cidade de Fallujah, principal base de Saddam, num assédio em que metade das casas teria sido destruída, segundo a Cruz Vermelha, e 1% da população, de 200 mil habitantes, morta. Mesmo assim, ficou no cargo até abril de 2005, esperando Maliki montar seu governo.

O objetivo de Allawi, agora, parece ter sido dar um primeiro passo para tirar os baathistas da ilegalidade e com isso derrotar Maliki nas urnas. “Os que cometeram crimes devem enfrentar a Justiça”, disse ele ao *The New York Times*, em março. “E os milhões que nunca cometeram crimes devem ser perdoados e reintegrados à sociedade iraquiana.”

Disse que, se prosseguir a tentativa de dismantlar o baathismo, “eu posso garantir que este país será engolfado pela violência, e não só dentro do Iraque. Ela vai se espalhar”. Os baathistas são majoritariamente sunitas, secularistas (contrários à interferência da Igreja nos assuntos do Estado) e nacionalistas. Banidos da estrutura política iraquiana criada por Bremer, em 2003, atuam na resistência armada à ocupação americana.

## **VIOLÊNCIA EM ALTA**

Resistência que continua forte, a julgar pelo recrudescimento dos atentados depois das eleições regionais, no início do ano passado, e a partir de janeiro deste ano. A volta dos confrontos aparentemente antecipa a formação do novo governo – que, segundo Obama, deve durar meses, e não semanas, como espera a União Europeia. O presidente americano também previu tensão crescente: “A violência vai aumentar”, disse ele, taxativo, em pronunciamento à TV, à noite, no dia da votação.

Esse vaticínio parece contraditório com outra marca importante da campanha: a preocupação geral com a instabilidade política, que Allawi explicou à agência *Associated Press*, também em março, nos seguintes termos: “A estabilidade do Iraque é a estabilidade da região, e a estabilidade da região é a estabilidade do Iraque. Não podemos esperar para sempre pela permanência da América e de outros para proteger a região. A região deve ser protegida por seu próprio povo”.

As duas últimas frases são o contraponto de Allawi a Maliki, que não exclui

a continuidade da ocupação americana. No fechamento da campanha, ele fez “um último esforço para defender seu governo”, conforme o diário *The Washington Post*. “Mantivemos o Iraque unido e alcançamos um alto nível de segurança... O Iraque não é mais um Estado ocupado.” À agência *CNN*, disse que estaria disposto a pedir para atrasar a retirada se achasse necessário.

Acredita-se que o próprio governo americano gostaria de reduzir a tensão, para facilitar sua retirada. Ninguém da equipe de governo deu qualquer declaração nesse sentido, e o vice-presidente Joe Biden foi ao Iraque dizer a Maliki que não concordava com a exclusão dos baathistas.

Mas analistas de diversas tendências apontam que Obama vai tentar pressionar por um governo-ônibus, que inclua o maior número possível de partidos. No Iraque, a possibilidade dessa supercoexistência entre vencidos e vencedores ▶

Reuters



Allawi: esperando um sinal de Teerã?

## **Iraque de ponta-cabeça**

Eleição consolida mudanças profundas no novo Parlamento. Veja as mais importantes

### **1. MOVIMENTO NACIONAL IRAQUIANO**

#### **ELEGEU 91 DEPUTADOS**

■ Políticos principais: Iyad Allawi, do Movimento do Acordo Nacional, e Saleh al-Mutlaq, da Frente Iraquiana para o Diálogo Nacional. Em relação à coalizão de 2005, teria ganhado mais de 60 cadeiras.

■ Nacionalista e secular, de tradição sunita, também abriga xiitas (como Allawi). Reúne mais de 40 organizações e opõe-se moderadamente à ocupação americana.

### **2. ESTADO DE DIREITO**

#### **ELEGEU 89 DEPUTADOS**

■ Seu líder, Nuri al-Maliki, do Partido Islâmico Dawa, elegeu-se em 2005 pela Aliança Unida Iraquiana, criada pelo Conselho Supremo Islâmico do Iraque (ex-Isciri).

■ Em parte religiosa xiita e em parte nacionalista, a Aliança rachou em 2008-09: saíram o Conselho e a Tendência Sadr, e o Dawa criou o Estado de Direito com sete partidos xiitas menores, perdendo cerca de 40 cadeiras.

### **3. ALIANÇA NACIONAL IRAQUIANA**

#### **ELEGEU 70 DEPUTADOS**

■ Reúne a Tendência Sadr, o Conselho Supremo Islâmico do Iraque (ex-Isciri), o Congresso Nacional Iraquiano e o Partido Islâmico Fadhlia.

■ Fruto do rearranjo dos grupos xiitas por oposição aos EUA. A Tendência Sadr, nacionalista, ganhou dez cadeiras (sobre 29). O Conselho, mais religioso, perdeu 20 (sobre as 36 que o Isciri tinha). Na soma, teria ganhado cinco cadeiras.

### **4. ALIANÇA CURDA**

#### **ELEGEU 43 CADEIRAS**

■ O Partido Democrático do Curdistão e a União Patriótica do Curdistão, aliados de Maliki, apoiam o estatuto de autonomia dos EUA. Reúne mais dez partidos menores.

■ Nacionalista e majoritariamente xiita, meio secular, meio religiosa, pode ter perdido dez cadeiras pela insatisfação com a autonomia. Um novo partido, o Goran, fez oito cadeiras.

está sendo discutida abertamente e foi proposta, ainda no ano passado, por grupos pró-ocupação, principalmente os xiitas tradicionais, como os do Conselho Supremo Islâmico do Iraque (um dos grupos que mais perderam votos agora).

Claro que a solução desse dilema passa pelo crivo da prática: todos têm interesse na estabilidade, o problema é consegui-la. Maliki vem perdendo popularidade desde 2008, quando teria começado a remontar sua base de apoio, testando-a na eleição regional de janeiro de 2009. A vitória apertada que teve então seria um prenúncio da derrota de agora.

### IRÃ, INCÓGNITA-CHAVE

Uma incógnita-chave, até agora, é a posição do Irã, que se mantém em silêncio. Antes da eleição, Allawi reclamou da interferência dos iranianos, que também estariam pressionando por um governo de unidade nacional. Depois da votação, reclamou de o Irã conversar com

diversos grupos políticos iraquianos, menos o seu.

“Ficamos surpresos. Isso deixa uma sombra de dúvida”, disse Allawi ao site de notícias *Iran Focus*.

“Por que está acontecendo isso? Queremos nos aproximar de todos os vizinhos do Iraque, inclusive o Irã. Não temos nada contra o Irã. Em outros tempos, eles tinham objeção [a mim], mas agora dizem que não têm.”

De acordo com o site americano *Counterpunch*, algo parecido aconteceu com relação aos EUA, onde Allawi esteve no ano passado, “mas não conseguiu falar com nenhum nome do primeiro escalão do governo”, escreveu o jornalista Esam Al-Amin, que tem larga experiência na cobertura do Iraque.

Que tipo de futurologia se pode fazer a essa altura? Um resumo aproximado das opiniões correntes no Oriente Médio indica, antes de mais nada, que Maliki dificilmente vai aceitar sair do governo e deve procurar apoio na Aliança Nacional Islâmica (INA, na sigla árabe).



Maliki: “O Iraque não é mais um país ocupado”

O Estado de Direito e a INA têm um recorte cultural similar: reúnem principalmente xiitas e se relacionam de perto com os iranianos. Mas, politicamente, divergem como a água e o vinho: a INA não aceita a ocupação americana e é secularista, ao contrário de Maliki.

Dentro da INA, essas duas características se aplicam especialmente a Muqtada al-Sadr, que teria sido, comparativamente, o grande vencedor das eleições, emplacando um bloco de 39 deputados – 57% dos 70 eleitos pela INA. Será o maior grupo homogêneo no novo Parlamento, que, além disso, foi renovado quase que inteiramente.

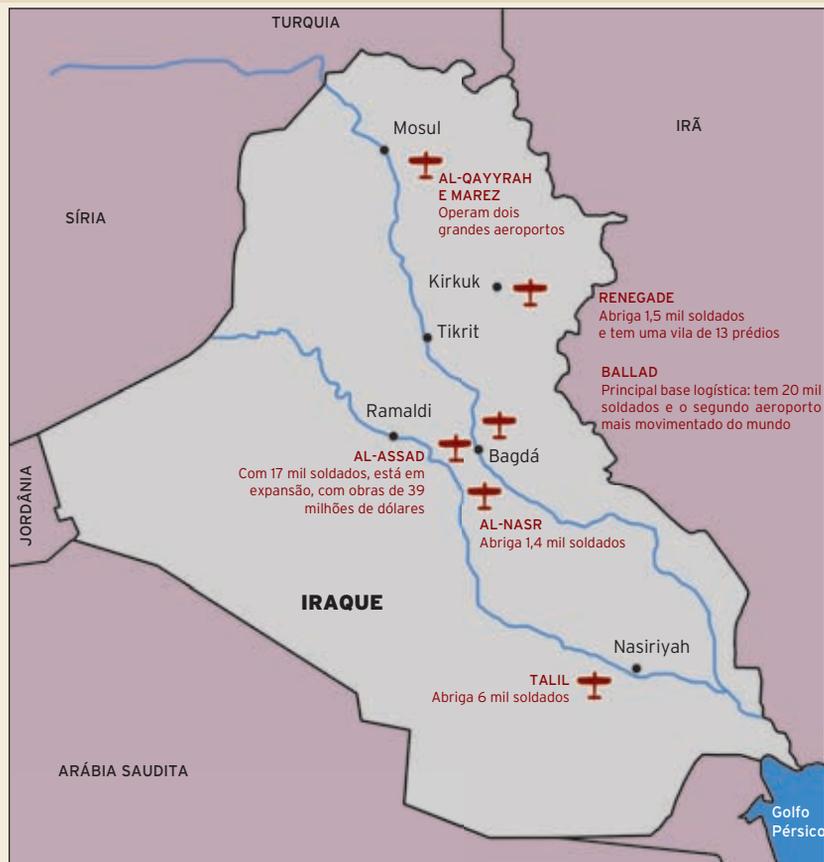
Al-Sadr só aceitaria apoiar Maliki como primeiro-ministro se ele se afastasse dos EUA – ou se pelo menos abandonasse o acordo de segurança regional firmado com os americanos. A alternativa seria Maliki procurar os partidos curdos, que já lhe dão apoio (em troca de autonomia territorial e de a presidência iraquiana ficar com um curdo).

O problema, nesse caso, além da baixa votação dos curdos pró-Maliki, é a incorporação de Kirkuk, cidade-chave para o controle dos principais campos de petróleo do Iraque e do Curdistão. A intransigência dos EUA nesse ponto seria a causa básica do crescimento do novo partido curdo, o Goran.

Enfim, haveria mudanças importantes no contexto regional, com o nascimento de um novo nacionalismo árabe. Isso tenderia a se sobrepôr às atuais inclinações políticas dos vários países da região

### Saindo e ficando

Bases militares sofisticadas não sugerem um fim de ocupação



## A vitória ou a vitória

Secretário de Defesa dos EUA diz que soldados só saem se não houver “cenário catastrófico”

De acordo com o relatório enviado ao Congresso em dezembro passado pelo Departamento de Defesa dos EUA, 39 mil soldados tinham sido retirados do Iraque, reduzindo o total para 96 mil. A meta seria reduzir esse número para 40 mil até agosto deste ano e zerar a conta em 2012.

Essa é a intenção, mas não existe acordo diplomático de paz. A saída é condicional, afirma o Acordo sobre o Status das Forças (Sofa), que tem âmbito regional. Os soldados só sairão se não houver um “cenário catastrófico”, disse o secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates.

Além disso, ficariam as forças de segurança privadas, que alguns analistas avaliam em 100 mil combatentes. O jornal espanhol *El País* calculou que em 2008 elas superavam os soldados comuns. O Congresso dos EUA calcula em 85 milhões de dólares – 10% dos gastos totais da guerra até agora – o custo para apenas contratar serviços de empresas militares privadas.

Enfim, o Congresso dos EUA, no ano passado, aumentou a verba para obras militares – dinheiro para bases militares permanentes, em número ainda indefinido: varia de 4 superbases, o mais provável, até 20 bases, entre maiores e menores.

A própria embaixada americana em Bagdá, em construção, é extraordinária, espantou-se o *The New York Times*, no ano passado. Parece uma fortaleza – cercada por muros reforçados de três metros de altura e espaço para mil funcionários. O objetivo das bases seria proteger refinarias, dutos de petróleo e, de acordo com a agência *France-Presse*, grandes empresas, como a Kellogg Brown e a Root, contratadas para a reconstrução do país.

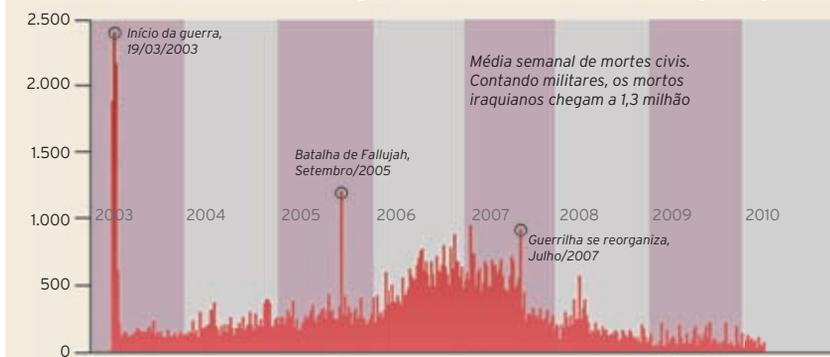
Para alguns analistas, Washington sairá ganhando, em qualquer circunstância, “porque são as empresas dos EUA que estão dirigindo o processo de reconstrução”, diz o sociólogo Marcos Roitman, da Universidad Complutense de Madrid.

Desde o início da guerra, estima-se que já morreram mais de 1 milhão de iraquianos, numa contagem aproximada. O número oficial de americanos mortos, até dezembro de 2009, era de 4,3 mil, e os feridos, 32 mil. O custo total, segundo o Congresso, era de 900 bilhões de dólares.

Quanto ao ânimo local, uma pesquisa ampla de 2009, divulgada pela BBC, mostra um povo otimista: 65% acham que a vida vai bem ou muito bem. Mas só 18% acham que a invasão foi positiva. O papel dos EUA é negativo para 68%.

## Confronto persiste

Houve 57 mortos no dia da eleição, acima da média diária no auge da guerra



e poderia beneficiar Allawi no processo de montagem da maioria parlamentar. Menos por ele mesmo, mas por ter mais votos do que Maliki.

A imprensa árabe deu muito destaque a uma articulação entre a Síria e a Arábia Saudita durante a campanha.

Esses dois países já teriam influenciado a formação do novo governo do Líbano, em janeiro passado, após cinco meses de paralisia política. O acordo levou à aprovação quase unânime da plataforma do primeiro-ministro eleito, Saad Hariri – por 122

dos 124 deputados. Também legalizou a guerrilha do Hezbollah como “força de resistência”, ao lado do exército regular libanês.

A iniciativa teria sido do presidente sírio Bashar al-Assad, que estaria resurgindo para a diplomacia regional, e envolveu negociações com os sauditas, de um lado, e com o Irã e a Turquia, de outro. Algo parecido estaria em curso no Iraque, como sugere a declaração, no fim de março passado, do rei Abdullah, da Arábia Saudita, contra a “ocupação estrangeira ilegítima” do país.

Abdullah já havia criticado a invasão, mas não como ilegítima, assinalam os especialistas. Ele e al-Assad teriam conversado sobre a eleição iraquiana nos últimos meses e, em uma ocasião, al-Assad teria levado al-Sadr consigo.

## IRAQUE E LÍBANO

A tendência agora, como no Líbano, seria costurar uma composição, centrada nos interesses majoritários da região, capaz de dar a Allawi os 72 votos que faltam para chegar à maioria no Parlamento – 163 votos. Esse resultado, segundo o blog de política iraquiano *Caminho para o Iraque*, levaria Maliki para a oposição. Seria “o pior pesadelo para Washington”.

Ou seja, o jogo recomeça agora com um a zero para Allawi e três bolas na trave. Em uma entrevista à televisão, ele disse que também está conversando com o Dawa, partido de Maliki dentro do Estado de Direito, mas que as relações estavam muito “esfriadas”.

A campanha contribuiu para isso, diz o antropólogo francês Hosham Dawod. “No final, para ganhar os votos dos xiitas, Maliki abdicou de sua posição de estadista fazendo discursos sectários contra Allawi, acusando-o de ser ligado à CIA e a Saddam Hussein.”

Iraquiano de origem e professor, na França, do Centro de Estudos Interdisciplinares Religiosos, Dawod concorda que a vitória de Allawi validou sua estratégia “transconfessional” – um discurso menos religioso, abrindo espaço aos sunitas do norte e do oeste do Iraque.

Para ele, a montagem do governo deve demorar, inclusive porque as últimas semanas da disputa “endureceram” as posições de ambos os lados. “Apesar disso, não se pode ainda excluir a possibilidade de uma coalizão entre as duas forças.” ■

# POR TODA PARTE

Com uma decisão tímida a respeito do país mediterrâneo, os líderes europeus ampliam a incerteza sobre o desastre financeiro no Velho Continente

por Antônio Martins

CENAS que foram comuns nas crises cambiais da América Latina contagiaram a Europa com grande rapidez nos últimos meses — e tudo indica que continuarão se agravando. No início de março, diante de pressões dos mercados financeiros, o governo grego anunciou um “ajuste fiscal” que elimina direitos sociais, eleva a idade mínima para aposentadoria e cria impostos. O pacote de medidas enviado ao Parlamento no início de março inclui congelamento de salários e elevação de tributos.

Reunidos em Bruxelas, na segunda quinzena de março, os ministros das

Finanças dos 16 membros da área do euro deixaram de socorrer os países em dificuldades e abriram precedentes perigosos. Contrariaram, assim, a posição defendida pelo presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, entre outros.

A revista *Der Spiegel* escreveu um editorial assustado sobre o veto alemão a incluir os países mais frágeis nos programas de enfrentamento da crise. “É má notícia para a Europa. A integração do continente (nos anos 1970) só aconteceu porque o governo alemão pressionou por ela.”

Com isso, caso sua situação se agrave, a Grécia pode ter de recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Países europeus poderão participar do resgate se ele não ultrapassar 22 bilhões de euros (já incluído o dinheiro do FMI). Ainda assim, a adesão europeia seria voluntária e os juros cobrados de Atenas serão os de mercado — altos.

Estudos da revista *The Economist* projetam um quadro sombrio. A Grécia, cuja dívida pública representa hoje 113,4% de seu PIB, deverá passar por um ajuste fiscal prolongado. As medidas adotadas provocarão queda de 5% na produção de bens e serviços até 2014.

## FMI É SÓ REMENDO

O pagamento de juros aos credores pulará dos atuais 5% do PIB ao ano para 8,4%. Para fazer frente aos desembolsos, será preciso elevar o endividamento estatal em 75 bilhões de euros (de 269 bilhões para 344 bilhões). Portanto, o crédito de 22 bilhões não evitará novas situações turbulentas nos próximos anos.

Taxistas: protesto contra o aumento de imposto exigido pela União Européia

Getty Images



A causa imediata das crises enfrentadas pela Grécia e por outros europeus, como Portugal e Espanha, assemelha-se aos dramas vividos pelos “mercados emergentes”. Os Estados endividam-se por meio de títulos vendidos aos bancos e a empresas financeiras. Ao perceberem um aumento expressivo da dívida, os credores aumentam seus juros – ou porque enxergam risco de não receber, ou apenas para tirar proveito da debilidade do devedor.

Em março, a Grécia já estava pagando juros de 9,75% ao ano – para se ter uma ideia, o governo alemão paga 3%, e o americano, 1%. A espiral leva à ameaça de colapso, solucionada, de praxe, pela intervenção de uma entidade financeira externa – que impõe, em troca, políticas “de austeridade”.

O desastre grego é mais grave que o dos emergentes não europeus porque a Grécia integra o sistema monetário europeu. Brasil, México ou Argentina são mercados de segunda linha na hierarquia do sistema financeiro internacional. O mesmo vale

para a Europa Oriental. Vá lá: Grécia e Portugal estão na periferia do euro. Mas o grau de endividamento não é muito diferente do da Espanha, Irlanda, Itália ou França. “A Grécia está em toda parte”, registrou em março o economista Michael Krätke, da Universidade de Amsterdã.

Um estudo da *The Economist*, com dados do FMI, ajuda a entender por que o tema é crucial. Ele mostra que a dívida dos países mais ricos do mundo disparou depois da crise. Já vinha crescendo desde 1987, passando de 60% do PIB para 75% em 2007. Daí, saltou para 100% do PIB.

## O BCE mantém o crédito aos bancos que emprestam a Atenas, mas nega recursos à Grécia

A explicação da dificuldade grega é quase óbvia. A ação dos Estados foi central para enfrentar a crise. Em todo o mundo, os cofres públicos foram abertos para despejar rios de dinheiro sobre o sistema financeiro e evitar que ele entrasse em colapso. Como se sabe, o socorro a bancos, corretoras, seguradoras e empresas industriais consumiu vários trilhões de dólares.

A crise humilhou o mito da “autorregulação das finanças”. Mas não foi suficiente, ao menos até agora, para estabelecer controles mais rígidos sobre os mercados financeiros. A recusa da União Europeia em socorrer a Grécia é um sinal. Krätke ressalta que o BCE não libera recursos acessíveis ao Tesouro grego, mas mantém o crédito aos bancos privados que emprestam a Atenas a preços exorbitantes.

Além disso, aparecem em todo o mundo propostas de corte na despesa dos Estados com a proteção social e com o desenvolvimento. Na mesma edição em que aponta o salto das dívidas públicas, *The Economist* ecoa o “remédio” sugerido pelo FMI: um megacorte de gastos em escala planetária.

Na repetição de um discurso conhecido no Brasil, o Fundo cobra que os Tesouros reservem recursos públicos para pagar juros – o chamado superávit primário. Os países ricos, a se acreditar nessa proposta, poderiam fazer o mesmo: a ideia é que poderiam controlar seus imensos déficits orçamentários totais – atualmente em 4,3% do PIB, em média – produzindo um superávit primário de 3,7% até 2020.

### PUNIR ESPECULAÇÃO

A cantilena é antiga, mas o risco de ser adotada é real. Na Europa, a chanceler alemã Angela Merkel está propondo abertamente que os países pobres incapazes de produzir superávits primários sejam submetidos a sanções. A chanceler chegou a propor expulsá-los da área do euro, invertendo uma política perseguida pela União Europeia há 20 anos.

Nos Estados Unidos, o presidente Barack Obama acaba de constituir uma Comissão Nacional da Responsabilidade Fiscal e Reforma. Liderada por dois parlamentares ligados ao sistema financeiro (do Partido Democrata e do Partido Republicano), ela deverá ter, como um dos alvos, restrições aos programas de seguridade social.

É a única saída? Evidentemente, não: há alternativas que envolvem tanto o pragmatismo quanto um debate mais profundo sobre os gastos dos Estados. Na Europa, Michael Krätke sugere, entre outras medidas, articular empréstimos solidários aos países com mais dificuldades, como Grécia, Portugal e Espanha. Isso evitaria ataques aos direitos sociais e puniria os especuladores, impedindo aumentos no custo do crédito, diz ele.

A dramaticidade da crise está suscitando o debate de soluções mais heterodoxas até entre economistas menos acostumados a isso. Vale a pena acompanhar, por exemplo, a coluna mantida no *site Huffington Post* (<http://www.huffingtonpost.com/simon-johnson>) por Simon Johnson, professor de economia no MIT e ex-diretor de Pesquisa do FMI. Ele aponta a necessidade de ampla reforma financeira e sugere que países como a Grécia considerem hipóteses como a moratória de suas dívidas. ■

### O sismo alemão Angela Merkel surpreendeu ao negar ajuda à Grécia. Veja algumas reações

ELMAR BROK, deputado da União Democrata-Cristã no Parlamento Europeu: “Não faz sentido para nós socorrer os bancos, sob o argumento de que são críticos para o sistema, enquanto a Europa, por outro lado, não consegue forças para ajudar um país que está se esforçando para sanear as finanças”.

JOSÉ MANUAL BARROSO, português, presidente da Comissão Europeia: “Nós precisamos tanto de solidariedade quanto de estabilidade... Sem solidariedade não há união”.

MANCHETE DO JORNAL GREGO *TO VIMA*: “Os alemães são os nossos maiores inimigos na Europa” – junto a uma imagem da chanceler alemã travestida de vampiro.

# EPIGENÔMICA, A NOVA FRONTEIRA

**Genoma decifrado há dez anos gerou mais perguntas que respostas, abrindo caminho para outras teorias evolutivas**

por **Flávio de Carvalho Serpa**

**HÁ DEZ ANOS**, em julho de 2000, ficou pronto o primeiro rascunho de uma das mais ambiciosas investigações da história da ciência: a decodificação, letra por letra, do material genético humano, o chamado genoma. Escrito no DNA, a molécula portadora da hereditariedade presente em todas as células, com quase 3 bilhões de letras químicas, o genoma decifrado prometia revelar os mecanismos moleculares das doenças genéticas e eventualmente curar muitas delas. O anúncio do rascunho foi um evento de gala em 2000, televisionado em rede nacional, com a presença do ex-presidente dos EUA Bill Clinton e do ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair (presente por teleconferência). Além deles, abrihantaram a festa o diretor do projeto público americano, Francis Collins, e o diretor da empresa privada Celera, Craig Venter, os líderes da corrida genômica.

No mês passado, a revista *Nature* fez um alentado balanço desses dez anos. Há muito progresso tecnológico a se comemorar, mas as promessas foram quase todas proteladas. Um dos ensaístas, Philip Ball, chega a considerar o projeto

do genoma humano uma “bolha social” semelhante às que de tempos em tempos sacodem desastrosamente a economia mundial. Felizmente, o único prejuízo no caso é a decepção.

Ball, consultor e ensaísta na *Nature*, baseia seu veredicto num trabalho ainda não publicado da pesquisadora Monika Gislser, do Instituto Federal de Tecnologia da Suíça. A cientista já analisou antes os aspectos de bolha em grandes projetos científicos, como o Apolo, que levou o homem à Lua, também empurrado pela política e por exageros de supostos benefícios milagrosos para a humanidade.

Apesar disso, Monika e Ball apontam um lado positivo, o que não acontece com as bolhas irracionais da economia. O programa Apolo e o do genoma já deixaram um legado tecnológico e científico considerável, admitem os pesquisadores.

O projeto “não foi um desperdício de dinheiro”, endossam. A mais espetacular conquista foi a automatização dos processos de sequenciamento de genes. As máquinas atuais são 20 mil vezes mais rápidas que em 2000, numa corrida para tornar possível o exame de genoma

pessoal em clínicas e convênios médicos a custos cada vez menores. Lá atrás, o custo de sequenciamento de um milhão de “letras” do DNA era de 10 mil dólares. Agora custa apenas um dólar.

Afinal, mesmo que os cientistas tenham ficado afogados no dilúvio de dados já decifrados e sem saber direito o que cada um deles faz, todas as doenças acabam sendo, em última instância (até mesmo o envelhecimento), erros de funcionamento nos genes, seja porque tiveram erros de cópia no nascimento ou modificações deletérias, ou por não funcionarem direito devido às instruções erradas dadas aos genes, ou por conta de agentes químicos poluentes que interferem no funcionamento.

Mas nessa década, apesar das frustrações quanto a resultados imediatos, a ciência abriu novas trilhas para avançar na descoberta dos mistérios que sequer eram imaginados. Se a genômica era vista como a última fronteira do conhecimento, agora existem várias dela.

A mais polêmica e promissora é a epigenômica, que quer dizer acima da genômica. Esse ramo promete esclare-



cer mistérios como a razão de gêmeos idênticos crescerem com personalidades diferentes ou mesmo serem vítimas de doenças que atingem misteriosamente só um do par.

E, mais surpreendente, volta a incluir no rol dos problemas científicos a possibilidade de caracteres adquiridos por um ser vivo serem transmitidos aos descendentes, ainda que apenas por algumas gerações.

#### **HERANÇA ADQUIRIDA**

Essa hipótese era uma heresia na ciência moderna desde a consolidação do darwinismo, há mais de um século. Uma das maiores contribuições de Charles Darwin (1809-1882) à biologia e à genética da conta defende que a evolução foi lentamente propelida por pequenas mutações

## Lamarck dizia que características adquiridas podiam ser transmitidas aos filhos

aleatórias no DNA das espécies.

O motor da evolução, segundo ele, é que durante o acasalamento a combinação dos materiais genéticos diferentes do pai e da mãe e eventuais pequenas mutações poderiam gerar algumas novas espécies de cartas no baralho da vida, e ao acaso alguma dessas combinações poderia ser mais apta para enfrentar o meio ambiente em mudanças constantes.

Numa batalha de ideias e testes, o darwinismo enterrou a concepção anterior, do francês Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), segundo a qual as características adquiridas por um ser vivo na sua existência poderiam ser transmitidas à geração seguinte. O exemplo mais anedótico dessa teoria é o de a girafa ter desenvolvido um pescoço longo por causa do esforço para comer folhas de árvores e arbustos mais altos que sua altura.

A decodificação do genoma, ao mesmo tempo em que abriu novas e largas avenidas para o estudo do desenvolvimento do embrião ao ser adulto, acabou expondo também túneis e buracos onde os cientistas literalmente perderam o fio da meada.

Já se sabia empiricamente há mais de um século, por exemplo, que 85% da ►

Getty Images



A partir da esquerda: Craig Venter, Bill Clinton e Francis Collins, durante o evento do anúncio do sequenciamento há dez anos

altura de uma criança depende da herança genética. Obesidade, diabetes e doenças do coração também carregam forte carga hereditária. A esperança dos cientistas era descobrir nos genomas sequenciados quais genes eram responsáveis por essa herança.

### GENES SEM RESPOSTA

De posse dos dados genéticos do genoma e de registros clínicos de grandes populações, os cientistas criaram um programa chamado WGA (Whole Genome Association Study, ou Estudo de Associações do Genoma Completo). É uma catalogação de variações genéticas que estão associadas a características observáveis nos doentes comparadas com pessoas normais. São traços característicos como peso, pressão arterial ou incidência de outras doenças.

Nos últimos cinco anos, esse projeto monitorou perto de 400 variações genéticas associadas à pressão arterial, por exemplo, e algumas doenças comuns. A grande decepção é que, mesmo quando dezenas de genes foram associados a traços característicos, a ação cumulativa não era suficiente para explicar o traço supostamente herdado. No caso do peso da pessoa, 40 variações foram associadas. Mas o estudo clínico mostrou que eles eram responsáveis por apenas 5% dos resultados, mesmo quando agiam juntos.

Ou seja, está difícil localizar somente nos genes a causa de grande parte dos

transtornos hereditários. Mesmo quando eles são transmitidos corretamente, sem estragos ou erros de cópia, alguma coisa não está funcionando direito e algo a mais parece estar sendo herdado além das sequências clássicas de genes.

O genoma de uma pessoa é formado na concepção, com a mistura dos genes do pai e da mãe, e permanece imutável até o momento da morte e enterro na sepultura (exceto quando alguém tem o azar de estar perto de uma explosão atômica, daí a radiação bagunça todo o genoma). Mas esses genes, mesmo que copiados com alta fidelidade e exatamente idênticos, podem se expressar de maneiras bem diferentes em pessoas diferentes, em meios ambientes distintos. O fenômeno é conhecido há muito tempo: coelhos mudam as cores da pelagem no inverno, mesmo sem qualquer mudança nos genes responsáveis pela coloração. Descobriu-se que, em certas circunstâncias, o gene normal pode ter seu funcionamento alterado pelo que se

## Coelhos mudam a cor da pelagem no inverno sem que os genes da coloração se modifiquem

chamou marcas ou etiquetas epigenéticas. A biologia molecular já localizou vários tipos de marcações epigenéticas e como são feitas quimicamente.

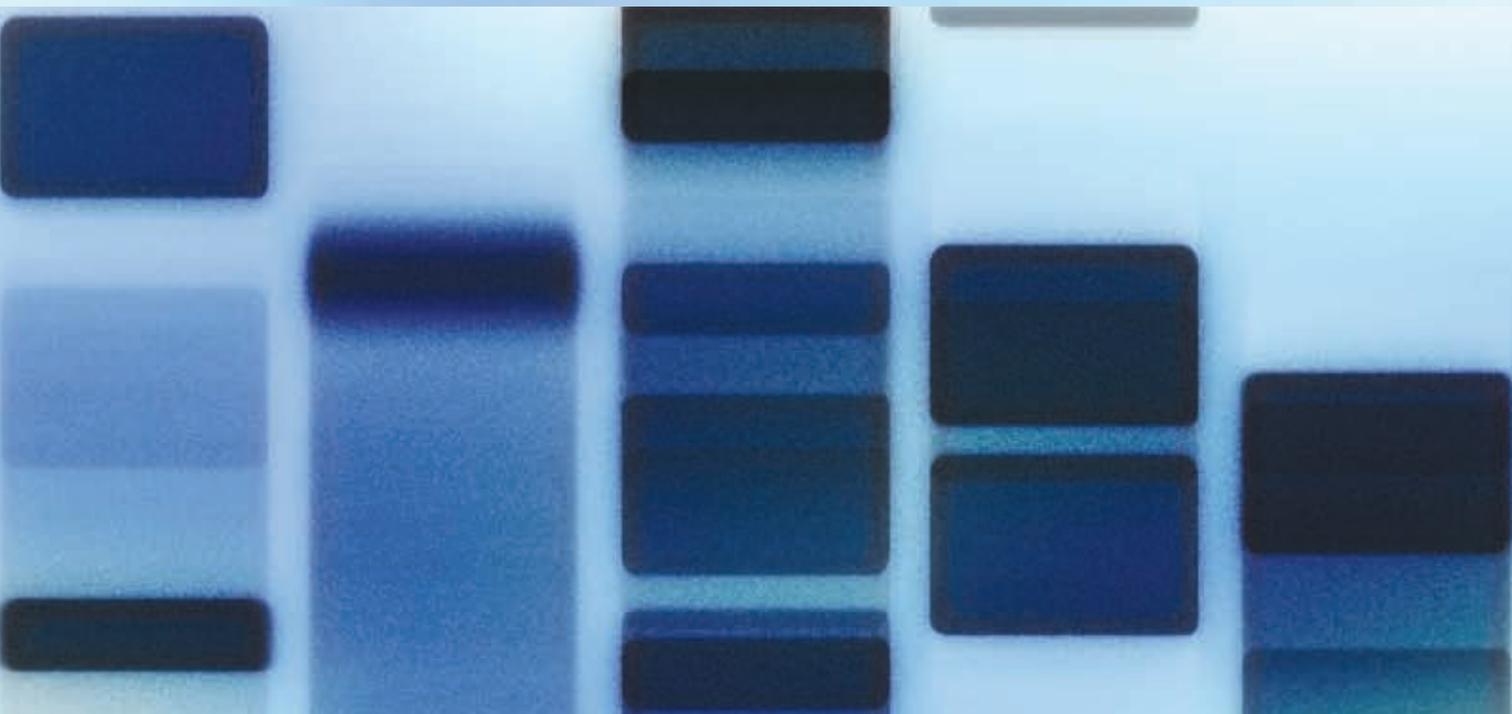
Fisicamente, essas fechaduras dos genes são feitas com dois mecanismos principais conhecidos até momento. O primeiro e mais comum é chamado de metilação e consiste numa pequena molécula da substância química do grupo metil (um átomo de carbono ligado a três hidrogênios) que é grudada no início do gene, avisando que ele está “censurado” ou silenciado. Uma vez marcado, ele não será mais convertido em RNA nem agirá sobre os outros genes.

### NOVAS PERGUNTAS

O outro mecanismo de silenciamento de genes ou regiões inteiras do genoma é aplicado nas histonas, uma espécie de esfera no rabo do DNA, que funcionam como “carretéis” onde a molécula do DNA se enrola compactamente.

Essas marcações adquiridas ao longo da vida, acreditava-se, deveriam ser zeradas na hora da reprodução e criação de um novo ser vivo. O embrião e o bebê deveriam começar sua vida e desenvolvimento sem qualquer seqüela das atribuições que afetaram os pais, mas não foi isso que os cientistas constataram.

Pesquisadores já descobriram heranças transmitidas não pelo genoma, sem



alterações do DNA, em populações que sofreram períodos de fome crônica, como no caso dos habitantes da cidade de Norrbotten, no norte da Suécia. Ao longo do século passado, essa população teve períodos de fome severa entremeados de períodos de abundância de caça e pesca. Na década de 1980, o cientista Lars Olov Bygren, do Instituto Karolinska de Estocolmo, constatou que efeitos fisiológicos das grandes fomes tinham sido transmitidos até os netos dos que vivenciaram as eras dramáticas.

### PROJETO EPIGENOMA

Nos últimos cinco anos, as descobertas relacionadas a disfunções do epigenoma explodiram na literatura médica, embora as conclusões não sejam endossadas em massa pelos cientistas da área.

Somente em 2008, perto de 2,5 mil artigos sobre epigenese foram publicados nas mais importantes revistas da área de genética e biologia, e uma nova revista exclusivamente reservada ao assunto foi lançada.

Como não poderia deixar de ser, a ideia de dedicar esforço semelhante ao empreendido na decifração do genoma na criação de um “projeto Epigenoma” já está em andamento. O Instituto Nacional de Saúde dos EUA já liberou desde 2008 190 milhões de dólares para a construção de multilaboratórios para entender “como e quando os processos epigenéticos controlam o câncer”.

Trata-se de um projeto que está na mais tenra infância. Os cientistas já mapearam o epigenoma de apenas dois tipos de células: o fibroblasto e a célula-tronco embrionária. Mas existem 210 outros tipos de células formando tecidos e órgãos, cada uma delas com um epigenoma particular. Primeiro é preciso saber o padrão normal epigenético dos genes que estão silenciados (para que uma célula do pulmão, por exemplo, não produza substâncias das unhas). Somente numa segunda etapa as células doentes vão ser comparadas para se saber que genes estão doentamente ativados ou desativados por uma metilação fora de hora e de lugar.

Na Europa, a mais importante iniciativa é o Projeto de Epigenoma Europeu, com sede no Sanger Institute, em Cambridge, Inglaterra. É financiado pelo Wellcome Trust, o segundo maior fundo de caridade do mundo.

Apesar da precocidade das atividades epigenômicas, pelo menos 30 drogas que atuam nas disfunções ou doenças

de origem epigenética estão em variados graus de desenvolvimento em mais de uma dúzia de empresas de tecnologia de ponta.

Pelo menos três drogas que funcionam tentando desativar o silenciamento de genes por metilação já estão nas prateleiras das farmácias, com um mercado estimado de 560 milhões de dólares, segundo o site *Business Insights*. O primeiro inibidor de metilação, que tem o nome comercial de Vidaza, para uso em síndromes mielodisplásicas (como um tipo de anemia e outras disfunções sanguíneas, por exemplo), já foi aprovado pelo FDA, o órgão fiscalizador de drogas nos EUA.

O mais importante gene que pode ser acidentalmente desativado pela metilação é o chamado P53, que tem inúmeras funções, entre elas a de agir no caso de aparecimento de câncer. A proteína que esse gene produz é capaz, literalmente, de varrer células cancerosas que estão se reproduzindo indevidamente. “O silenciamento epigenético do P53 é uma das mais importantes descobertas nessa área e é observado em quase todos os tipos de cânceres humanos”, disse o pesquisador Peter Jones, diretor da Universidade Southern Califórnia, na edição especial da revista *Nature* sobre os dez anos do Genoma.

Portanto, se muitas das promessas da genômica ainda estão por ser pagas, pelo menos resta o consolo de abertura de novas avenidas no reino do desconhecido da evolução da vida. ■

## A proteína do P53 pode varrer células cancerosas que se reproduzem indevidamente



# DISTRITO 9 DÁ DE 10 EM INVICTUS

Clint Eastwood aposta no exemplo da boa vontade dos grandes homens, e Neil Blomkamp, nos inimigos políticos excluídos da humanidade

por Antonádia Borges

EM ABRIL de 2008, Clint Eastwood e os dois atores principais de *Invictus* (Morgan Freeman, que interpreta Nelson Mandela, e Matt Damon, o capitão do time de rúgbi, François Pienaar) participaram da inauguração do luxuoso hotel One&Only, na África do Sul. Naquele país em que a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres é a maior do mundo, os atores foram emprestar seu brilho a mais um empreendimento que abriga a elite econômica que transita por aquelas terras cravadas de diamantes. No dia seguinte, em um jantar privado, Nelson Mandela confraternizou com o dono do negócio, Sol Kerrzner.

*Invictus*, lançado neste ano no Brasil, pode ser visto como uma fábula do país ou das celebrações de inauguração do One&Only. No fim das contas, o resultado é muito parecido.

No ano de 1996, a África do Sul sediou o Mundial de Rúgbi. As sucessivas derrotas da seleção anfitriã, antiga glória nacional, explicavam-se, em grande medida, pela defasagem técnica dos jogadores em relação aos seus concorrentes mundo afora. Assim como outros setores do país, o esportivo sofrera embargo internacional durante os últimos anos do *apartheid*.

Passados mais de dois anos da eleição de Nelson Mandela, “grupos” brancos até então hegemônicos gradualmente perderam espaço na República pós-*apartheid* que ingressava nos mercados internacionais globalizados pós-Guerra Fria. O time de rúgbi – majoritariamente de brancos e falantes do *afrikaans* – era o retrato 3x4 dessa decadência.

O argumento do filme nasce dessa dúvida que beira o trágico e que coloca política e esporte para jogarem no mesmo campo: eles andavam mal das pernas por pura falta de competência ou por que a supremacia branca e as tensões raciais batiam às suas portas?



Mandela (Morgan Freeman) e o capitão Pienaar (Matt Damon) na final da Copa do Mundo de Rúgbi

A consciência do capitão Pienaar é o palco no qual esse drama se desenrola. Quando se vê, ao lado de seus companheiros, próximo ao fundo do poço, uma mão negra oferece ajuda. É o próprio Mandela que se dispõe a colocar toda a máquina pública para reerguê-lo como jogador e, com isso, selar o pacto de tolerância racial que, na visão do grande líder, era a condição necessária para que as feridas do passado cicatrizassem de uma vez por todas.

## OS FRACOS NÃO TÊM VEZ

O projeto de uma Rainbow Nation começa pelo convite aos rostos escondidos atrás das escrivatinhas do palácio presidencial. Mas alguns dos funcionários negros, responsáveis pela segurança do presidente, não escondem sua desconfiança e mal-estar em trabalhar com parceiros brancos que serviram ao antigo regime. É no campo do esporte que as diferenças entre um “grupo” e outro se resolvem. O rúgbi é apresentado no filme como um esporte no qual os fracos não têm vez, exigindo vigor físico de seus jogadores e grande

capacidade intelectual de seus torcedores – a maioria brancos, apesar de se saber que antes do *apartheid* não era assim.

Já o futebol, sem embate físico e pouco complexo, é tido como adequado aos negros. A cena em que Mandela sai da prisão e transita por uma rua que de um lado tem meninos brancos jogando rúgbi num campo gramado e, de outro, em meio a poeira, garotos negros jogando futebol, demonstra que o tema do filme é a pavimentação da via do entendimento.

Nesses dois planos se desenvolve a narrativa do filme. No alto escalão, Mandela e Pienaar, cada qual com seus companheiros, movendo montanhas para vencer. Na modesta casa do capitão da seleção ou nos corredores do palácio presidencial, familiares e funcionários, gente do povo, expondo seus preconceitos e intolerâncias, numa catarse coletiva. O filme de Eastwood acaba por dar provas de que, na ausência de irrepreensíveis grandes homens, a humanidade ordinária tende à barbárie.

Não é outro o propósito dessa produção baseada em fatos reais, cujo título

entrega o final até mesmo para um espectador sem qualquer noção desse episódio da história sul-africana.

### MAIS POLÍTICA DO QUE MORAL

Já o filme *Distrito 9* nos coloca em contato com a África do Sul por outra entrada, distante do realismo e dos grandes homens. A ficção científica oferece as tintas para que nos seja narrada a história do anti-herói Wikus Van De Merwe, branco, falante de *afrikaans* e de tipo físico franzino, que demonstra falta de altivez e mentalidade de burocrata de baixo escalão, cumpridor de leis esdrúxulas e que, por consequência, não desperta qualquer simpatia.

Van De Merwe é o boi de piranha da Multinational United (MNU), empresa encarregada de pacificar o Distrito 9 (numa mera semelhança com as forças de paz da ONU), local escolhido para alojar os extraterrestres famintos e doentes que pairaram com sua nave quebrada sobre Johannesburgo nos anos 1980.

O arqui-inimigo de Van De Merwe é o coronel Koobus, responsável pela operação militar que vai limpar a área e realocar os alienígenas em uma espécie de campo de refugiados. A parábola aqui é evidentemente de outra natureza, mais política do que moral, lembrando o ultraje que foi a destruição do Distrito 6, que realmente existiu, ainda é celebrado pela tolerância – étnica, religiosa, linguística – e que resistiu nas cercanias do centro de

Cidade do Cabo até os anos 1970, quando rolos compressores passaram por cima das casas e da história de pessoas que foram banidas para as zonas destinadas aos não brancos.

A intolerância com relação a esses alienígenas apelidados jocosamente de camarões remete aos ataques xenofóbicos que imigrantes têm sofrido recentemente na África do Sul. No Distrito 9, mais temidos que os camarões são os nigerianos, retratados como traficantes de armas que comem comida enlatada

## O cinema de cada um é peculiar porque suas visões de mundo também o são

de gato (um vício dos alienígenas) e são praticantes de feitiçaria, que, acreditam, torna-os indestrutíveis (é compreensível que a exibição do filme tenha sido proibida na Nigéria).

Pior que as alusões da ficção é a triste realidade da locação de *Distrito 9*, que foi filmado num “assentamento informal”, termo técnico usado na África do Sul para um aglomerado humano chamado Chiawelo, nas cercanias das South Wes-

tern Townships, local conhecido como Soweto.

O diretor Neill Blomkamp, nascido em 1979, já ensaiara o argumento alienígena, espécie de avesso da ocupação colonial europeia, em seu curta-metragem de 2005, *Alive in Joburg*. Em *Distrito 9*, o cenário da cidade continua sendo o palco para essa fábula sobre a intolerância. O drama agora concentra-se na metamorfose de Wikus em camarão, explorando as ambiguidades dessa condição enquanto é perseguido de um lado pelo Estado, por borrar as fronteiras estabelecidas entre humanos e não humanos, e, de outro, pelos criminosos nigerianos, que acreditam poder incorporar seus poderes alienígenas. Talvez ainda mais revelador do potencial simbolicamente subversivo de sua condição, surgem boatos de que Wikus faria sexo com as “mulheres” de Camarões, evocando a infame Lei da Imoralidade, de 1950, que criminalizava quem praticasse relações sexuais com alguém de raça diferente da sua.

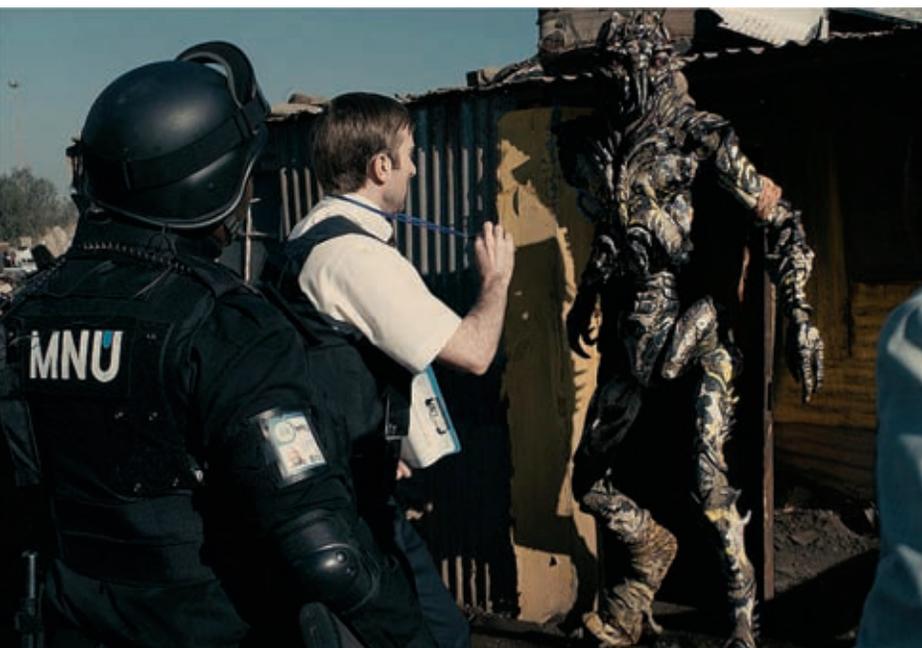
### GÊNEROS DISTINTOS

Em *Distrito 9*, não há espaço para a compreensão mútua das diferenças que vemos em *Invictus*. Blomkamp afirma que o problema da intolerância não se resolve como num sonho americano, simplesmente porque as “pessoas” que se odeiam não se consideram mutuamente humanas. O jovem diretor sul-africano e o veterano Eastwood não fazem apenas filmes de gêneros distintos. O cinema de cada um é peculiar porque suas visões de mundo também o são.

Em torno de um tema aparentemente próximo, abordagens narrativas e estéticas tão antagônicas ilustram bem suas posições políticas. Eastwood aponta a insensatez da humanidade, mas segue com esperanças de encontrar a luz no fim do túnel, pois sempre haverá um herói individual que irá redimir o “grupo”. Essa ideia de grupo étnico, como temos visto em suas últimas películas, compõe e ao mesmo tempo coloca em risco a humanidade, exatamente o que não temos na leitura de Blomkamp.

O racismo não é uma ideologia que exprima um tipo de intolerância entre humanos, mas uma decisão unilateral e violenta de banir da humanidade os chamados “grupos”. E, no caso de países como Brasil e África do Sul, de transformar os membros de tais “grupos” em alienígenas em sua própria terra. ■

Cena de *Distrito 9* que se passa em Johannesburgo, África do Sul



Divulgação

# SÍMBOLO DA MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE

A planejada Brasília é o espelho invertido do Brasil e ainda abarca esperanças e desventuras no seu cinquentenário

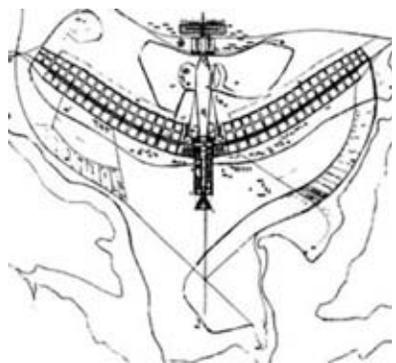
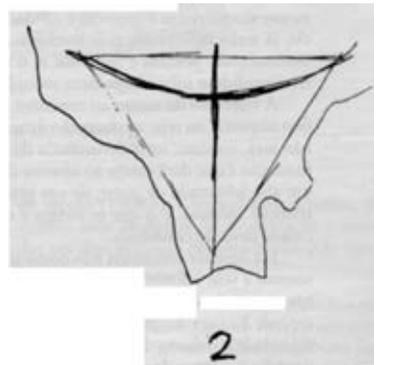
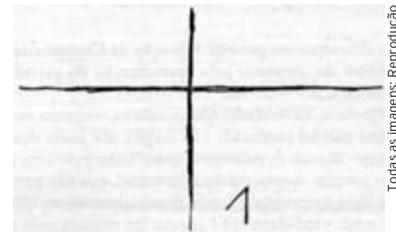
por **Joana Mello**

**INAUGURADA** há 50 anos, Brasília é uma cidade-monumento em seu sentido mais profundo, o de presentificar a herança de um passado que condensa as representações da modernidade estética, política e cultural brasileira idealizada de 1930 a 1950. Cruzamento de várias histórias, a nova capital de Lucio Costa e de Oscar Niemeyer marca o apogeu e a quebra de uma série de projetos gestados desde o final do século XIX: o de interiorização e integração do país; o de criação de uma cidade ideal, símbolo do processo de modernização em curso; o de aliança entre vanguarda arquitetônica e Estado e o de afirmação de uma vertente independente e nacional da arquitetura moderna.

A ideia de transferir a capital para o interior do país não era nova, figurando na Constituição brasileira desde 1891. Levaria, contudo, mais de 60 anos para que o projeto se concretizasse. Polêmica, a mudança da sede do poder do Rio de Janeiro para Goiás só foi encampada durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), logo se convertendo no símbolo de seu Plano de Metas. Consciente do papel que a arquitetura moderna assumira no Brasil, Juscelino atribuía ao desenho da nova capital o poder de expressar a imagem de uma nação independente, única e redentora, que superaria o passado rural e o subdesenvolvimento por meio do investimento na industrialização e na urbanização do País. Nesse sentido, a escolha do Plano Piloto de Lucio Costa não poderia ser mais acertada e coerente, nem mais adequada à valorização monumental dos edifícios projetados por Niemeyer.

Apresentada em março de 1957 à comissão julgadora, o plano de Lucio Costa sobressai porque, ao contrário da maioria dos concorrentes, enfatizava o caráter representativo da nova sede do poder político federal. Seus primeiros croquis eram acompanhados pela afirmação reveladora de que a cidade “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”, indicando o ato afirmativo de recolonizar a nação. Inserindo-se de forma contrastante na paisagem do cerrado, essa cruz transmutou-se em avião, marcando o domínio profundo da técnica sobre a natureza e o Brasil. Não por acaso, diferentemente dos demais concorrentes, à exceção de uma equipe, Costa implantou a nova capital no triângulo definido pelo lago Paranoá, orientando o eixo monumental no sentido leste-oeste para emoldurar a praça dos Três Poderes com a paisagem preservada do referido lago.

Adaptada à topografia local e ao intuito de destacar a função política da cidade, ao mesmo tempo em que se preservava a natureza e se buscava dar qualidade para as áreas de moradia, a cidade se organizou a partir dos eixos norte-sul e leste-oeste e de quatro escalas por eles definidas: monumental, residencial, gregária e bucólica. Cada uma dessas escalas tinha um caráter específico assegurado por um desenho definido a partir de referências urbanísticas diversas, que, ao contrário do que indicara a crítica por muito tempo, revelava que o Plano Piloto de Lucio Costa foi formulado no horizonte de revisão dos modelos fun-



Croquis explicativos do Plano Piloto (1 e 2) e proposta vencedora de Lúcio Costa apresentada para o concurso de 1957

cionalistas propostos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Sua qualidade reside justamente na capacidade de congregar várias referências da aplicação crítica do receituário modernista de matriz funcionalista à incorporação de elementos históricos de cidades internacionais e brasileiras, como as planejadas Belo Horizonte (1894-1897) e Goiânia (1933-1940), e levando em con-

Todas as imagens: Reprodução



Construção da praça dos Três Poderes e do lago Paranoá, ao fundo

ta o diálogo com o gregarismo colonial brasileiro, o modelo da acrópole grega, as propostas de cidade linear, cidade-jardim e o urbanismo rodoviarista.

Eficiente do ponto de vista simbólico e cultural, o Plano Piloto de Lucio Costa revelou desde a sua implantação, além dos seus limites, a disciplina arquitetônica em seu projeto de transformação social. Projetada para atender uma população de 500 mil habitantes, Brasília não foi capaz de absorver o enorme contingente populacional que a concretizou como obra e centro administrativo, tornando-se uma ilha em meio a mais de uma dezena de cidades-satélites. Se não se pode afirmar que sua proposta gerou a segregação socioespacial que a aproxima de todas as cidades brasileiras, apesar de seu planejamento inicial, também não se pode deixar de notar que, ao se concentrar no problema representativo e simbólico da nova sede federal, Costa acabou por não cuidar do planejamento do território, tema presente em várias das equipes participantes do concurso de 1957, conscientes de que a mudança da capital representaria um polo de atração populacional bastante poderoso. Desde a construção, surgiram cidades-satélites ao redor do Plano Piloto. Algumas espontâneas, como Planaltina e Brazlândia; outras planejadas pelo próprio governo federal para abrigar os moradores das favelas que cresciam na capital

planejada, como Tabatinga, Cruzeiro, Guará; e outras ainda impulsionadas pela “indústria das invasões” organizada por políticos brasileiros interessados em cativar eleitores a partir dos anos 1980 ou pelo mercado imobiliário ávido por construções adensadas que explorassem ao limite o valor da terra. Se algumas delas possuem uma qualidade urbana melhor do que as periferias das cidades brasileiras, deve-se reconhecer a desigualdade de suas condições com relação ao Plano Piloto e os problemas que sua criação ou ocupação desarticulada gerou no Distrito Federal. Além dos distúrbios sociais e das desigualdades, frutos da concentração de riqueza, recursos, infraestrutura e trabalho no Plano Piloto — ocupado por menos de 10% dos cerca de 2 milhões de habitantes da capital —, a falta de planejamento regional, em termos urbanos, causou problemas graves, que fazem de Brasília uma cidade como outra qualquer, impingindo à população mais carente deslocamentos enormes e onerosos e congestionamentos infernais que entopem as 14 vias expressas da capital.

Duas décadas depois de sua inauguração, Brasília ainda estava inacabada e apenas parcialmente ocupada, mas as críticas se avolumavam, impulsionadas de um lado pelas revisões do movimento moderno e, por outro, pela precariedade e os limites de seu desenvolvimento.

Com isso, as pressões por mudanças na legislação urbanística se intensificaram, partindo especialmente dos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com a liberação dos limites de altura dos edifícios nas superquadras. Tanto as críticas quanto a ação predatória do mercado imobiliário levaram a um movimento de reação pela preservação do Plano Piloto, tal como fora proposto por Lucio Costa, incluindo a cidade na lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco, em 1987, e, três anos depois, na realizada pelo Iphan.

Menos que uma vitória da civilização ou sinal de progresso em um país novo, Brasília se afirma no século XXI como símbolo da modernização excludente que vem se confirmando e se reeditando no Brasil desde o início da urbanização, em fins do século XIX. Espelho invertido do país, Brasília expôs e renovou as dimensões arcaicas e violentas da modernização brasileira, escancarando o vínculo entre modernidade e atraso nos problemas enfrentados durante a construção e ao longo de sua ocupação, indicando a necessária renovação do horizonte de utopia e de transformação social. ■

Os que ajudaram a construir a cidade não a desfrutaram, como gostaria Oscar Niemeyer



# IMAGENS REVOLUCIONÁRIAS

A obra *Revoluções*, lançada em língua portuguesa, permite o encontro com fotografias raras de batalhas que consolidaram mudanças no rumo da história mundial

por Yuri Martins Fontes

## REVOLUÇÕES

Autor **Michael Löwy (org.)**

Editora **Boitempo**

Ano **2009**

Páginas **552**



NESTA época em que as utopias são tantas vezes menosprezadas em nome do imediatismo, em que a imagem de personagens históricos como Lênin e Guevara se torna cada vez mais mero objeto de consumo, é comum encontrar jovens que pensem nas revoluções como uma espécie de ficção científica.

A Comuna de Paris, em 1871, se lembra, por exemplo, com seus comunistas no poder, pode passar despercebida no imaginário contemporâneo como um mito épico, à semelhança de um Homero. As revoluções, esses grandes momentos da história humana, embora estudadas e relatadas em livros e teses analíticas, têm seus registros fotográficos raramente divulgados. Assim, sem a força de suas imagens reais, perde-se a oportunidade de divulgá-las amplamente — o que é uma necessidade —, mantendo sua realidade atual apenas na abstração erudita à qual poucos têm acesso.

Para sanar essa lacuna, a Boitempo Editorial lançou em dezembro o livro *Revoluções*, obra organizada por Michael Löwy, sociólogo e militante marxista, nascido na capital paulista e radicado desde 1969 na França. Löwy, formado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, também é diretor emérito do Centre National de la Recherche Scientifique, em Paris.

Publicada na França, em 2000, a obra teve sua primeira edição esgotada rapidamente. Em suas 552 páginas, com mais de 400 dedicadas às fotografias, o livro reúne a cada capítulo breves textos que localizam os acontecimentos revolucionários que tentaram subverter a desordem social nos últimos 140 anos. Ao percorrer as experiências de lutas populares, como a Revolução Cubana (1953-1967), o leitor se depara com os clássicos retratos que Alberto Korda fez de Che Guevara.

O autor afirma que “as fotos de revoluções revelam ao olhar atento do observador uma qualidade mágica, ou profética, que as torna sempre atuais, sempre subversivas — elas nos falam ao mesmo tempo do passado e de um futuro possível”, esclarece. “Embora a fotografia não possa substituir a narrativa histórica”, ela valoriza o conhecimento histórico como instrumento que “torna visíveis aspectos da realidade que frequentemente escapam aos historiadores”, pondera. Isso porque a fotografia permite ver “de modo concreto isso que constitui o espírito único e singular de cada revolução”. Com base nisso, é apresentado um panorama sobre o papel estratégico das barricadas nas insurgências populares — inclusive no âmbito psicológico. Construídas com paralelepípedos, rodas de carroça e diversos materiais, as barricadas têm seu primeiro registro imagético durante a revolta de 1848 na França, a primeira a ser fotografada (e que, infelizmente, não consta nesta publicação), numa época em que Marx afirmou ser “o início da guerra civil entre o capital e o trabalho”.



Todas as imagens: divulgação

Desde então, seu uso disseminado se fez presente nas revoluções do século XX, introduzindo um novo significado à palavra revolução: “não mais uma simples mudança na forma do Estado, mas a tentativa de subversão da ordem burguesa”.

Dentre os seus tantos significados e interpretações, por vezes obtusos, Löwy optou pelas revoluções fotografadas: “Por preocupação com a coerência, nós escolhemos as revoluções ‘clássicas’, revoluções sociais de inspiração igualitária que almejavam distribuir a terra e as riquezas, abolir as classes e dar o poder aos trabalhadores”.

Outras revoluções acabaram por ficar de fora, segundo Löwy, por não terem sido eventos que visassem à “transformação das



estruturas sociais?”. Assim, o leitor encontrará no livro histórias e imagens que o levarão a um sobrevoo desde a Comuna de Paris até as grandes revoluções do século XX – como as russas de 1905 e 1917 (em capítulos distintos), a mexicana (1910-1920), a alemã (1918-1919), a húngara (1919), as chinesas (1911 e 1949), a cubana (1953-1967) e a guerra civil espanhola (1936).

A ampla documentação registra ainda os líderes que se tornaram ícones, como Mao Tsé-Tung, Leon Trotski, Camilo Cienfuegos, Emiliano Zapata, Félix Dzerjinski, Béla Kun e Pancho Villa. E não só. Leva também a atentar para os detalhes das cenas de anônimos transeuntes, guerrilheiros sorrindo e posando ao fotógrafo, ou operários

em greve diante do que foi uma fábrica no começo do século passado.

Reis, presidentes e generais, e também a cabeça dos insurgentes massacrados por seus ministros, ali estão ao lado do cotidiano e da simplicidade da garota chinesa que apanha com sua vassoura grãos de arroz caídos na terra. Ou mesmo na forma como um grande sindicato anarquista espanhol se organizava para distribuir armas à população.

Nessa viagem, deparamos-nos com o exato momento em que as tropas oficiais alemãs disparam contra insurgentes spartakistas, ou quando a imagem do contraditório se revela em sentimento de alegria no rosto dos milicianos liderados por ►

No alto, a partir da esquerda.  
**Revolução Chinesa:** população tenta trocar dinheiro por ouro, em Xangai (1948).

**Revolução Russa:** mulheres choram diante de um necrotério improvisado após confrontos entre operários e exército (1905); bolcheviques em março de 1917.

**Comuna de Paris:** as famosas barricadas perto do bulevar de Ménilmontant, em março de 1871



Fidel Castro, na lendária Baía dos Porcos, à espera da iminente invasão estadunidense, em 1961.

Algumas fotografias, em especial, nos permitem contemplar o recorte dos campos de batalha e as cidades, a indumentária e a moda, os costumes e o cotidiano, as repartições civis e as praças públicas onde o fogo aberto era o hábito entre os combatentes.

À certa altura, tomaremos contato com o motim no verdadeiro encouraçado Potemkin (eternizado posteriormente por Sergei Eisenstein no filme *O Encouraçado Potemkin*) ou com a situação de um restaurante popular na Rússia de 1917, onde se vê o vapor da sopa saboreada por gélidos operários que poderiam muito bem ser os cadáveres registrados na sangrenta represália das forças do czar Nicolau II – o mesmo que postado diante do trem renunciaria perante as forças revolucionárias soviéticas lideradas por Lênin.

Todas as fotografias seguem uma linha cronológica, o que demonstra também a evolução dessa arte ao longo dos anos, e a maior parte está previamente comentada nos artigos narrativos que as precedem. É que, além de Löwy, organizador, assinam os textos intelectuais como Bernard Oudin, Enzo Traverso, Gilbert Achcar, Jeanette

Habel, Pierre Rousset e Rebecca Houzel.

A escolha é fruto da seleção de diversos fotógrafos profissionais e amadores. “Não quisemos privilegiar a obra de quaisquer fotógrafos célebres: as cenas mais espantosas, as mais belas ou as mais ‘históricas’ não estão frequentemente na obra de anônimos?”, indaga Löwy.

Ao final, um capítulo analítico sobre o teor revolucionário de uma série de insurgências históricas mais recentes, que o livro trata como “eventos revolucionários da maior importância social e política, mesmo que não se tratem de revoluções clássicas, como aquelas das décadas anteriores?”. Por exemplo: as revoltas de maio de 1968, a Revolução dos Cravos em Portugal (1974), a Revolução Nicaraguense (1978-1979), a queda do Muro de Berlim (1989) e a sublevação do exército zapatista em Chiapas (1994-1995).

A edição em língua portuguesa oferece um apêndice em que Michael Löwy reflete sobre movimentos de resistência que não chegaram a ser “revoluções”, mas que marcaram a história brasileira. E conclui com uma nova reflexão. Ainda que se possa pensar, “como Camus”, que “o século XX é o século da revolução traída”, a história, no entanto, “está longe de terminar”. ■

De cima para baixo. **Revolução Cubana:** chegada de Fidel Castro e suas tropas em Havana (1959).

**Revolução Mexicana:** as *soldaderas*, mães de família ou filhas de soldados, que acompanhavam as tropas na guerra civil. **Revolução Espanhola:** milicianos e milicianas nas ruas e no *front* em 1936

experimente  
ler para  
concluir:  
a realidade dos  
fatos está na  
imprensa popular



*Leia*

**retrato** doBRASIL

[www.retratodobrasil.com](http://www.retratodobrasil.com)

Fones.: [11] 3813-1527 / [11] 3037-7316

[vendas@retratodobrasil.com](mailto:vendas@retratodobrasil.com)

# Retrato do **BrASiL**

**Quer informação para compreender quatro décadas de história?**

*Retrato do Brasil, em suas duas edições, analisa os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira, no período de 1964 a 2006. A primeira, em 4 volumes, abrange o período 1964-1984. A segunda edição, publicada em volume único, analisa 1984-2006. São textos, gráficos, tabelas e esquemas que ajudam a entender o que se passou nessas últimas quatro décadas nas áreas da ciência e tecnologia, ambiente, condições de vida, cultura, economia e política. Complementam as obras os depoimentos de personalidades de diferentes correntes de opinião e áreas do conhecimento.*

**2 edições por apenas  
3x R\$ 73,33\***

*\* não incluso o valor do frete*



**adquira já**

**acesse [www.retratodobrasil.com](http://www.retratodobrasil.com)**